

LUCILENE FAVARETO TORQUATO FEBA

**O DISCURSO POLÍTICO MEDIATIZADO: construção
de um justiceiro na capa de Veja.**

FRANCA

2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LUCILENE FAVARETO TORQUATO FEBA

**O DISCURSO POLÍTICO MEDIATIZADO: construção
de um justiceiro na capa de Veja.**

Dissertação apresentada à Universidade de Franca, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Sílvia Olivi Louzada.

FRANCA

2009

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecária CRB: 8/8042

Feba, Lucilene Favareto Torquato
F313d O discurso político midiaticizado: Construção de um
justiceiro na capa de Veja / Lucilene Favareto
Torquato Feba. -- Franca, 2009
83f. : il.; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Linguística) - Universidade
de Franca, 2009

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Sílvia Olivi Louzada
Bibliografia

1. Discurso Político. 2. Mídia. 3. Cena enunciativa -
espetacularização. I. Autor. II. Título.

CDD 410.08

**O DISCURSO POLÍTICO MEDIATIZADO: construção
de um justiceiro na capa de Veja.**

Presidente: _____

Nome: Maria Sílvia Olivi Louzada

Instituição: UNIFRAN

Titular 1: _____

Nome: Maria Helena de Nóbrega

Instituição: USP

Titular 2: _____

Nome: Maria Regina Momesso

Instituição: UNIFRAN

Franca, 14 / 08 / 2009

Dedico este trabalho ao professor Dominique Maingueneau, cujas proposições despertaram em mim um profundo interesse pela teoria da Análise do Discursos

AGRADECIMENTO

À professora Dra. Maria Silvia Olivi Louzada, por sua paciente e dedicada orientação.

À minha família: Luiz Napoleão, Luís Gustavo e Luanda, pela compreensão nas horas gastas neste trabalho.

Aos meus pais e irmãos pelo incentivo.

Às minhas amigas Lurdes, Neide, Bel, Sueli, Adriana e Vanessa que me acompanharam nas horas de angústia.

Às minhas colegas de percurso Andréia, Juliana, Lílian, Vânia.

À Universidade de Franca, por nos dar a oportunidade de continuarmos nossos estudos.

“[...] o mundo das mídias tem a pretensão de se definir contra o poder e contra a manipulação da opinião pública – ainda que o sejam para o bem estar do cidadão; as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder; entretanto, o cidadão aparece com frequência como refém delas, tanto pela maneira como é representado, quanto pelos efeitos passionais provocados, efeitos que se acham muito distante de qualquer pretensão à informação”. (CHARAUDEAU, 2006b, p.17)

RESUMO

FEBA, Lucilene Favareto Torquato. **O DISCURSO POLÍTICO MIDIATIZADO: construção de um justiceiro na capa de Veja**. 2009. Dissertação Mestrado em Lingüística – Universidade de Franca, Franca.

O presente trabalho reflete sobre as relações entre o discurso midiático e o discurso político, elegendo como *corpus* capas e reportagens da revista Veja que trata dos desdobramentos do episódio conhecido em 2005 como “mensalão”, acontecimento político referente às denúncias de corrupção no governo federal. O foco principal recai sobre uma cena enunciativa (MAINGUENEAU, 2000) que institui como protagonista o Ministro do STJ, Joaquim Barbosa, “ um brasileiro que fala alemão, o mineiro que dança forró, o juiz que adora história e ternos de Los Angeles e Paris”. A produção de sentido transita entre as formações imaginárias dos co-enunciadores sobre um *ethos* de juiz e a espetacularização produzida pela mídia. Institui-se um discurso sincrético por meio de uma cenografia em que a imagem associa-se ao enunciado para forjar, em nome de uma instância cidadã, o herói, o justiceiro. Para investigar como se configura o processo de constituição dessa identidade, elegeu-se como suporte teórico textos de autores vinculados à AD francesa, tais como Dominique Maingueneau, e aqueles que tratam da “máquina midiática” (CHARAUDEAU, 2006) como parte integrante de um complexo processo de enunciação. Nessa perspectiva, entende-se o espaço midiático como “palco”, “arena”, “fórum” de disputa política e de negociação de espetacularização da informação.

Palavras-chave: discurso político; mídia; cena enunciativa; espetacularização

ABSTRACT

FEBA, Lucilene Favareto Torquato Feba. **The media political discourse: constructing a justicer on the cover of Veja Magazine.** 2009. Dissertação Mestrado em Linguística – Universidade de Franca, Franca.

The current paper reflects on the relationship between media discourse and political discourse, electing as corpora covers and articles of *Veja Magazine* dealing with the episode known in the year of 2005 as "*mensalão*," a political event which refers to corruption reports in the federal government. The main focus falls on an enunciative scene (MAINGUENEAU, 2000) establishing as protagonist the Minister of the STJ (Supreme Court), Joaquim Barbosa, "a Brazilian who speaks German, an inhabitant of Minas Gerais State who dances *forró*, a judge who loves history and men's suits from Los Angeles and Paris". The production of meaning passed through the co-enunciators' imaginary formation on a pre-discursive ethos of judge and the spectacularization produced by media. A syncretic discourse is established through a scenery in which the image is associated to the statement in order to forge, in the name of a citizen instance, the hero, the justicer, while it installs in this scenery an anti-hero, a Brazilian politics villain - RENANGATE. To investigate how this discursive process is configured, texts of authors connected to the French Discourse Analysis, such as Dominique Maingueneau, and those authors who deal with the "media machine" (CHARAUDEAU, 2006) as part of a enunciation complex process were chosen as a theoretical support. In this context, we understand the media space as a "stage", "arena", "forum" of political dispute and negotiation of information spectacularization.

Keywords: political discourse; media; enunciative scene; spectacularization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E OS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O DISCURSO	16
1.1 AS TRÊS ÉPOCAS DA ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DO DISCURSO	16
1.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	19
1.3 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DO DISCURSO:	
ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS	22
1.3.1 As contribuições de Dominique Maingueneau para a noção de Cena Enunciativa	22
1.3.2 Ethos Discursivo	24
1.3.3 Semântica Global	29
1.3.4 As Instâncias Política e Cidadã	32
2 “MENSALÃO”: UM EPISÓDIO DA POLÍTICA BRASILEIRA	35
2.1 A ORIGEM DO NOME “MENSALÃO”	35
2.2 OS DESDOBRAMENTOS	38
2.3 PROTAGONISTAS E INDICIADOS	43
3 A REVISTA VEJA: MODODE REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO”	47
3.1 A FACE QUE VEJA PROPAGA DE SI: UM <i>ETHOS</i> DE PODER E SABER	47
3.2 A REPRESENTAÇÃO MUDIÁTICA DOS IMPLICADOS NO MENSALÃO	50
3.2.1 As três primeiras edições de Veja sobre o “Mensalão”	52
3.2.2 A construção midiática de um herói e justiceiro na capa de Veja	57
CONCLUSÃO	64

REFERÊNCIA 65

ANEXOS 68

INTRODUÇÃO

Eleger a teoria da Análise de Discurso francesa para a realização desta pesquisa não foi por acaso, uma vez que ela apresenta ao pesquisador aparato interessante para demonstrar os efeitos de sentido do “jogo de todo dizer” que a mídia utiliza para apresentar os acontecimentos mais notórios, fazendo confluir a memória e a atualidade.

Selecionamos como nosso objeto de estudo algumas publicações na mídia impressa - a revista VEJA - sobre um momento sócio-histórico importante da vida nacional, o escândalo político denominado “mensalão” um acontecimento politicamente marcado na memória do brasileiro e amplamente noticiado pelas mídias em 2005 e anos posteriores. Assim, desejamos identificar quais as estratégias discursivas utilizadas nas matérias jornalísticas da revista Veja, em que medida deixam entrever o posicionamento do periódico, ao propagar notícias e versões sobre o episódio mencionado, como o periódico se situa entre uma instância propriamente política e outra instância, a cidadã.

Por isso, para o desenvolvimento e contextualização desta pesquisa, acreditamos ser também importante recuperar brevemente o processo político que elegeu Luis Inácio “Lula” da Silva do PT – Partido dos Trabalhadores – presidente do Brasil (2002-2005), que tinha como projeto alavancar a mudança política almejada pela população. No entanto, o processo que antecedeu a reeleição do Presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva para novo mandato (2006-2009), marcou-se por denúncias de corrupção de seus principais assessores e integrantes de partidos aliados que formavam a base de sustentação governamental.

O desvelamento desse episódio de corrupção política, conhecido como “mensalão”, se deu em maio de 2005, quando o deputado Roberto Jefferson (RJ), presidente do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), denunciou que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT), Delúbio Soares, entregava uma espécie de “mesada” a deputados e senadores do Partido Populista (PP) e do Partido Liberal (PL) em troca de votos para aprovar projetos de interesse do Executivo.

Para conseguir nosso intento, utilizamos como suporte teórico as reflexões sobre o discurso realizadas sobre a chamada Escola Francesa de Análise de Discurso, especialmente, os conceitos de cena enunciativa, de *ethos* pré-discursivo e discursivo, de semântica global, de prática intersemiótica entre outros em conformidade com os estudos de Dominique Maingueneau (1997, 2005abc, 2006, 2008), professor de Ciências da Linguagem da Universidade de Paris 12, que vem realizando interessantes reflexões sobre *ethos*, cenografia e incorporação, entre outros. Fazemos uso também do conceito de interdiscurso para propor uma reflexão sobre a identidade discursiva, caracterizada pelo entrelaçamento de diferentes discursos, provenientes de diversos momentos da história e de diferentes lugares sociais.

Também utilizamos nesta pesquisa alguns dos conceitos desenvolvidos por Patrick Charaudeau, professor da Universidade Paris Nord (Paris 13), diretor fundador do centro de Análise do Discurso (CAD) que trata do Discurso das Mídias (2006b) como um debate entre a relação mídia vs construção do espelho social e questiona a ideologia do “mostrar a qualquer preço”, do “tornar visível o invisível” e do “selecionar o que é mais surpreendente”. Em especial, detemo-nos em sua obra Discurso Político (2006a), que coloca ênfase nas estratégias que se oferecem a todo ator político, quaisquer que sejam as ideias e as posições por ele defendidas, e mostra como uma mesma estratégia pode ser empregada em lugares diferentes do “tabuleiro político” (CHARAUDEAU, 2006a).

Como sabemos, as mídias são parte interessada nessa prática social, mas de maneira organizada, instituindo-se em empresa de fabricar informações através do que se pode chamar de “máquina midiática” (CHARAUDEAU, 2006b, p.12). Desse modo, entendemos que a revista VEJA que analisamos, é parte de uma empresa de comunicação que constrói notícias, investiga o que é de interesse da sociedade e propaga posições políticas, incluindo a própria, como parte da instância cidadã (CHARAUDEAU, 2006a).

Sabe-se que o poder da mídia atua no tempo e no espaço e tem o objetivo em atingir um público que acredita nela, os co-enunciadores leitores (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006) desse periódico, homens e mulheres das classes sociais A, B,C, sendo que as mulheres constam como maiores leitoras com uma diferença de 5% em relação aos homens. Seu público-alvo, sua linha editorial, bem como as peculiaridades desse meio de comunicação impresso, as

características de seu texto, o *design* gráfico e sua importância, tudo isso, em certa medida, também é considerado nas análises que realizamos da pesquisa.

Dessa forma, a pesquisa investiga a relação entre o discurso midiático e o discurso político tendo em vista o episódio político conhecido nacionalmente como “mensalão”. Para tanto, na prospecção dos periódicos e das edições consideradas, realizamos uma pesquisa exploratória. No entanto, a essa averiguação primeira, propomos uma descrição e análise explicativa dos procedimentos e estratégias discursivas, buscando compreender seus efeitos de sentido. Assim, nosso trabalho de análise também pode caracterizar-se como uma “pesquisa descritiva e explicativa” (SOARES e FAZENDA, 1992).

Nossa análise espalha-se por diferentes gêneros discursivos presentes na revista Veja – se bem que não haja propriamente uma preocupação sobre a discussão sobre os gêneros jornalísticos - , visando circunscrever adequadamente o episódio “mensalão” e, em consequência, o posicionamento político-discursivo desse periódico :

- a primeira reportagem selecionada tem caráter denunciativo, sendo que a revista Veja de 18 de maio de 2005, edição 1905 apresenta fotos e reprodução de texto gravado flagrando “Maurício Marinho, diretor dos correios” recebendo propinas por participar do esquema de corrupção estatal;

- duas capas da revista Veja de 25 de maio de 2005 e 01 de junho de 2005 das respectivas edições de números 1906 e 1907, publicadas em sequência: a primeira apresenta a figura de um ser mutante com corpo de homem e cabeça de rato para representar os políticos corruptos; a segunda traz o Deputado Roberto Jefferson do PTB, denominado como “O homem bomba”;

- uma terceira capa de Veja, editada em 05 de setembro de 2007 com o número de edição 2024, que destaca o acolhimento pelo STF das denúncias sobre o “mensalão” e que trouxe como chamada “A Justiça Suprema”, completando o título com o enunciado: “Três ex-ministros e toda a antiga cúpula do PT viram réus. O STF renova a esperança de acabar com a impunidade dos corruptos e o ministro Joaquim Barbosa se torna um herói”.

- ainda, no interior dessa mesma edição de VEJA, selecionamos também a reportagem Especial com a divulgação, na íntegra, do acontecimento político em curso: “O Brasil nunca teve um Ministro como ele”, título que tem como lide: “No julgamento histórico em que o STF pôs os mensaleiros (e o governo e o

PT) no banco dos réus, Joaquim Barbosa foi a estrela – ele, brasileiro que fala alemão, o mineiro que dança forró, o juiz que adora história e ternos de Los Angeles e Paris”;

- outras notícias da seção “Veja essa” que apresentam falas de personalidades que representam tanto a instância política como a cidadã;

- a seção “cartas” espaço dado ao co-enunciador para se pronunciar sobre o conteúdo apresentado pela revista.

Acreditamos que a justificativa desta pesquisa é o fato de que frequentemente, a mídia interpõe-se entre o enunciador e o co-enunciador como forma de revelar o que ela, entendida como parte de uma instância cidadã, pensa e pode dizer sobre os acontecimentos políticos. Nessa perspectiva, pode-se entender este espaço midiático como “palco”, “arena”, “fórum” de disputa política e de negociação e espetacularização da informação do jogo político na mídia.

Assim, delineamos com as principais questões dessa pesquisa: Como a revista *Veja* espetaculariza um acontecimento político? O que faz a mídia eleger personagens políticas e situá-los como bandidos ou “heróis”? Qual o posicionamento político de *VEJA*? Como ela propaga posições da instância cidadã?

Nossa proposta de trabalho será desenvolvida em uma dissertação compreendida por:

No primeiro capítulo, recuperamos brevemente o surgimento da AD na França com Michel Pêcheux (1997), situando as três épocas de seu desenvolvimento. Em seguida, discutimos a importância das proposições teóricas contemporâneas de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

No segundo capítulo, apresentamos a retomada histórica dos acontecimentos políticos relativos ao mensalão (2005), a fim de situar o leitor sobre a origem de, seus protagonistas, os indiciados e o desdobramento do episódio da política nacional.

No terceiro capítulo, analisamos o *corpora* delimitado para essa pesquisa, tendo como orientação o entendimento da representação midiática dos implicados no “mensalão” pela revista *Veja*, o desvelamento de seu posicionamento, o modo de sua participação de uma instância cidadã.

Finalizamos essa dissertação tecendo algumas considerações finais sobre o que examinamos esperando ter contribuído com nossas análises para o desvelamento das intrincadas relações entre mídias e discurso político.

1 A ANÁLISE DO DISCURSO (AD) E OS ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS SOBRE O DISCURSO

Neste capítulo pretendemos recuperar brevemente a origem e os desdobramentos da análise do discurso por meio da resenha de um texto emblemático de Michel Pêcheux¹ que traça o percurso da disciplina nos anos 1980, e que registra as principais formulações do estudioso. Em seguida, pretendemos deter-nos sobre as noções fundamentais para as nossas análises, tais como propostas de Dominique Maingueneau e Patrick Charaudeau.

1.1 AS TRÊS ÉPOCAS DA ESCOLA FRANCESA DE ANÁLISE DO DISCURSO.

Com o intuito de possibilitar a compreensão de um percurso teórico próprio à história da Análise do Discurso, descrevemos o projeto de Michel Pêcheux sintetizado em três épocas da Análise do Discurso (AD-1, AD-2 e AD-3). Essas três épocas, porém, não são definidas por uma divisão cronológica, mas refletem essencialmente a elaboração e re-elaboração dos conceitos, as revisões teóricas e mudanças no pensamento desse autor que se ocupou da proposição dessa área do conhecimento.

AD-1 (1966-1975) - A princípio, a Análise do Discurso foi estudada como uma exploração metodológica de uma noção de “maquinaria discursiva”: uma estrutura (condição de produção estável) responsável pela geração de um processo discursivo, este marcado pelo processo de construção do manifesto político comunista produzido a partir do interior de lugares sociais mais estáveis, por exemplo, onde prevalece o conceito de discurso homogêneo.

¹ Trata-se de “A análise do discurso: três épocas”, . In. GADET, F. ; HARK, T. (Orgs.) *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

Nessa primeira época, o sujeito foi tratado como assujeitado, mas com a ilusão de ser a fonte do discurso. Para Pêcheux (1997), o sujeito é um efeito ideológico, o filósofo embasou os estudos a partir das releituras feitas do marxismo por Althusser, o qual defende que a ideologia representa a relação imaginária do indivíduo a partir das suas reais condições de produção.

Este é o momento em que os processos discursivos se constituem sobre a língua, conforme assinala Mussalim (2001, p.118) que relaciona as etapas e os procedimentos de análise da AD-1:

- a)Primeiramente se seleciona um *corpus* fechado de seqüências discursivas
- b)Em seguida faz-se a análise lingüística de cada seqüência, considerando as construções sintáticas (de que maneira são estabelecidas as relações entre os enunciados) e o léxico (levantamento do vocabulário);
- c)Passa-se depois à análise discursiva, que consiste basicamente em construir sítios de identidades a partir da percepção da relação de sinonímia (substituição de uma palavra por outra no contexto) e de paráfrase (seqüências substituíveis entre si no contexto);
- d)Por fim, procura-se mostrar que tais relações de sinonímia e de paráfrase são decorrentes de uma mesma estrutura geradora do processo discursivo.

AD-2 (1976-1979) - Fase em que a “máquina discursiva estrutural” começa a ser repudiada e em que Michel Pêcheux toma emprestado o conceito de Formação Discursiva (FD) do filósofo Michel Foucault, recortando-a de sua obra “A Arqueologia do Saber” (1987).

Finalmente, o que se chama “prática discursiva” pode ser agora precisado. Não podemos confundi-la com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada em um sistema de inferência; nem com a “competência” de um sujeito falante, quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1987, p. 136).

Pêcheux vê nesse conceito o dispositivo que desencadeia o processo de transformação na concepção do objeto de Análise do Discurso, em outras palavras, uma Formação Discursiva (FD) determina o que pode/deve ser dito a partir de um determinado lugar social. Concebida como controle, a FD é marcada

por regularidades que se constituem a partir de outras formações discursivas, já que, a FD é designada como um conjunto de enunciados que podem ser associados a um mesmo sistema de regras historicamente determinadas, designando o exterior de uma Formação de Discurso. Porém, a noção de sujeito discursivo permanece como efeito de assujeitamento à Formação Discursiva com a qual ele se identifica.

Ainda, no que diz respeito aos procedimentos de análise, a AD-2 apresenta muito poucas inovações, em relação à AD-1, pois a partir desses novos conceitos e, sobretudo, os objetos de análise dos discursos são menos estabilizados, por serem produzidos a partir das condições de produção menos homogêneas.

Como pode ser observado nessa terceira época, na AD-3 (1980-1983), Michel Pêcheux (1997) aborda o estudo da “construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, além dos ‘pontos de vista’ e ‘lugares enunciativos’ no fio intradiscursivo. A noção de enunciação passa a ser abordada e as reflexões sobre a heterogeneidade enunciativa e levam à discussão sobre o discurso-outro”: concebe-se, então, o sujeito como heterogêneo², assim, os autores da AD da terceira fase assumem a heterogeneidade como constitutiva da linguagem nos vários discursos que foram tomados como objeto de análise.

Dessa forma, ao tratar o discurso em relação ao discurso do outro, surge a noção de interdiscurso. Pêcheux (1997) diz que é o interdiscurso que especifica as condições nas quais um acontecimento histórico é pertinente como registro de uma memória. Dessa forma, o interdiscurso é visto como memória constitutiva que abrange todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas no discurso, e que a partir destes apontamentos se torna central na AD. Assim, o interdiscurso se confunde com a memória discursiva, aquilo que, face a um texto, surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os implícitos, ou seja, o saber discursivo que torna possível todo o dizer e que retoma sob a forma de pré-construído, o já-dito que está na base do dizível sustentando cada palavra como elementos citados e relatados.

² Authier-Revuz (1982) introduziu uma distinção amplamente utilizada entre heterogeneidade no discurso seja ela mostrada - corresponde à presença localizável de um discurso outro no fio do discurso distinguem-se em formas não-marcadas e marcadas ou explícitas; ou constitutiva – quando o discurso é dominado pelo interdiscurso – o discurso se constitui através do debate com a alteridade, independentemente de qualquer traço visível de citação, alusão etc. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.261)

Os estudos avançam pelos entremeios sem deixar de levar em conta a materialidade da linguagem e da história. Pêcheux escreve um texto fundamental -“O discurso: estrutura ou acontecimento” (2006) - cuja idéia central é a de atravessamento, ou seja, analisa um enunciado típico de torcida esportiva (*on a gagné* = ganhamos) ao ser utilizado pelos manifestantes durante a comemoração da vitória de F. Mitterand para a eleição presidencial francesa em 1981. O autor atentou para a movimentação discursiva desse enunciado que se desloca do campo das vitórias esportivas, e é apropriado pela política.

Como ponto de uma contemporaneidade e uma memória, Pêcheux trata o acontecimento como elemento histórico, já que a regularização discursiva desestabiliza-se diante de novos acontecimentos, num jogo de força que busca, ao mesmo tempo, manter a regularização dos enunciados “esses acontecimentos que aparecem como “globais” da grande maquinaria “[...] é o acontecimento jornalístico e da *mass-média* que remete a um conteúdo sócio-político ao mesmo tempo perfeitamente transparente e profundamente opaco” (PÊCHEUX, 2006, p.19-20).

Analisar “a materialidade discursiva desse enunciado coletivo é absolutamente particular: ela não tem nem o conteúdo nem a forma nem a estrutura enunciativa de uma palavra de ordem de uma manifestação ou de um comício político” (PÊCHEUX, 2006. p.21), o que vale são as formas metaenunciativas para dimensionar o discurso entre o sistema, a ideologia, o imaginário e o inconsciente.

1.2 CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Pêcheux (1997) reconhece no discurso não a presença física de organismos humanos individuais, mas a representação deles em lugares determinados na estrutura de uma formação social. Essa representação é feita a partir de uma série de formações imaginárias que designam o lugar que destinador e destinatário atribuem a si mesmos, um ao outro, ou seja, a imagem que cada um faz do seu próprio lugar e do lugar do outro, abrindo perspectiva para antecipar, por

essa visão imaginária, as representações do destinatário com vistas à criação de estratégias de discurso.

[...] a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz do seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso. Assim como também se tem a imagem que o interlocutor tem de si mesmo, de quem lhe fala, e do objeto do discurso (ORLANDI, 2006, p.15)

O que conta dessa imagem é a projeção da posição social no discurso, que explica a possibilidade de “antecipação”: a capacidade que todo locutor tem de colocar-se na posição de seu interlocutor experimentando essa posição e antecipando-lhe a resposta; assim, pode ocorrer a troca de posição, todo aquele que consegue antecipar-se a seu interlocutor é o melhor orador, é mais eficiente com as palavras.

A condição de produção está engendrada à análise histórica das condições ideológicas coletivas presentes na materialidade dos discursos e articulada teoricamente ao conceito de formação discursiva (PÊCHEUX, 1997). A somatória dos valores ideológicos constitui o imaginário que designa o lugar que os sujeitos do discurso se atribuem mutuamente. Conforme Pêcheux (1997, p.77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dada”.

Dessa forma, em se tratando de condição de produção, devemos romper com as acepções advindas do senso comum, já que o discurso como objeto de análise para a AD não é a língua, nem texto, nem a fala, embora necessite de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, o discurso supõe uma exterioridade à língua e encontra-se no âmbito social, no histórico e no ideológico, impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas.

Segundo Orlandi (2001, p.30) a “memória faz parte da produção do discurso, porém de uma maneira específica de como ela é ‘acionada” e, nessa perspectiva, ela é tratada como interdiscurso. Para abordar as condições de produção, não se pode deixar de destacar que o discurso na AD francesa é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto, termo variante e ambíguo, entendido como o conjunto dos dados não-linguísticos que organizam um ato de enunciação de ordem situacional e de conteúdo discursivo o qual contribui na construção do discurso. Significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente vinculada à

sociedade em que vive seu enunciador, pois implica considerar as condições histórico-sociais de sua produção.

Desse modo, o discurso não é mera transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem que põe em relação sujeito e sentidos afetados pela língua e pela história a partir de enunciados efetivamente produzidos em determinada época e lugar, são apresentados às condições de possibilidade de construção do discurso, na verdade este é o processo de constituição que envolve os sujeitos em interlocução. Portanto,

[...] o discurso é efeito de sentido entre locutores [...] ele tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto. (ORLANDI, 2001, p.21-22)

Pêcheux (1997) ressalta que a interlocução se dá entre o destinador e o destinatário, e a língua não pode ser entendida como apenas um código para a transmissão de uma mensagem entre locutores. A situação em que se inserem o locutor e o interlocutor são desdobradas em representações imaginárias dos lugares que um atribui ao outro, já que os lugares não constituem comportamentos individuais e sim estão associados ao comportamento e à formação social decorrente de classes sociais, tais como descritas pelo materialismo histórico. Assim, o efeito de sentido entre locutores, resulta das relações entre sujeitos que participam do discurso e das condições em que ele é produzido, afetado pela memória.

Logo, o sujeito e a situação de produção discursiva contam fundamentalmente para a análise do discurso que se interessa pela produção do discurso nas diferentes situações do cotidiano em que os sujeitos estão inseridos: nos constantes debates, pelas idéias convergentes e divergentes acerca de um tema – os pontos de vista -, pelos valores e saberes do grupo social e também pelos dispositivos de comunicação em que eles se inserem. Os lugares, os papéis discursivos, os comportamentos, ou seja, as posições em contraste que revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos e revelados pela expressividade da linguagem e que ocorrem quando este sujeito participa de condições de produção.

Assim, as condições de produção incluem, em um sentido estrito, o sujeito e a situação e compreende as circunstâncias da enunciação; de modo

amplo, remete ao contexto sócio-histórico, ideológico que condiciona o discurso. “[...] em toda situação esses contextos funcionam conjuntamente” (ORLANDI, 2006, p.15).

A memória também faz parte das condições de produção do discurso, ou seja, nessa perspectiva ela é tratada como interdiscurso ou memória discursiva: “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavra” (ORLANDI, 2001, p. 31). Dessa forma, o sentido provém de já-ditos por um sujeito, em algum lugar, em outros momentos, deixando marcas de ideologia e historicidade na construção de um dizer representado por várias vozes, pois o dizer não é propriedade particular, o dito em outro lugar também marca o significado nas palavras. O sujeito diz, pensa que sabe o que diz, mas não controla o que diz.

1.3 ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DO DISCURSO: ALGUNS CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1.3.1 As contribuições dos estudos de Dominique Maingueneau para a noção de cena enunciativa

Para a Análise do Discurso, a noção de “cena de enunciação” é comumente associada à noção de “situação de comunicação”, a qual determina um espaço socialmente instituído e, em sua dimensão constitutiva, instaura seu espaço de enunciação de acordo com o discurso que se colocará em cena.

Assim, a cena não pode ser concebida como um quadro simples previamente construído do qual emerge o discurso e sim deve ser entendida como constitutiva do discurso.

Ao propor uma análise da cena enunciativa, Maingueneau explica que a enunciação acontece em um espaço e se desdobra em três cenas distintas:

A *cena englobante* é aquela que atribui um estatuto pragmático ao tipo de discurso a que pertence um texto. Quando se recebe um panfleto, deve-se ser capaz de determinar se ele pertence ao tipo de discurso religioso, político, publicitário...; dito de outra forma, em qual *cena englobante* é necessário se colocar para interpretá-lo, a que título (como sujeito de direito, consumidor etc) ele interpela seu leitor. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.96).

Essa *cena* sinaliza um estatuto pragmático ao gênero discursivo teatral, o estatuto pragmático para este tipo de encenação é da representação marcada pela copresença no espaço e no tempo.

A *cena genérica* é definida pelos *gêneros de discurso* particulares. Cada gênero de discurso implica, com efeito, uma *cena* específica: papéis para seus parceiros, circunstâncias (em particular um modo de inscrição no espaço e no tempo), um suporte material, um modo de circulação, uma finalidade etc (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.96).

Os discursos da *cena genérica* podem ser reunidos em grupos e cada grupo requer uma *cena* específica.

A *cenografia* não é imposta pelo tipo ou pelo gênero do discurso, mas instituída pelo próprio discurso. As dez primeiras *Províncias* (1656) de Pascal, por exemplo, apresentam-se como libelos (*cena genérica*) religiosos (*cena englobante*). Esses libelos não se apresentam como tais, mas como uma série de “cartas” dirigidas a um amigo de província: essa *cena* epistolar é a *cenografia* construída pelo texto. Esses libelos poderiam ser manifestados por meio de outras *cenografias*, sem mudar a *cena genérica*. A *cenografia* tem por função fazer passar a *cena englobante* e a *cena genérica* para o segundo plano: supõe-se que o leitor receba esse texto como uma carta, não como um libelo. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.96).

Assim, a *cenografia* é a gênese e a finalidade do discurso. Legítima e é legitimada no e pelo discurso que, por sua vez, estabelece sua *cenografia* específica.

A *cenografia* implica em um momento específico (*cronografia*) e um lugar específico (*topografia*) de onde o discurso emerge, também há a determinação da identidade dos parceiros da enunciação, pois corrobora com a estreita ligação com a definição de um conjunto de lugares e de momentos de enunciação, a partir dos quais o discurso pretende ser considerado de maneira a fundar seu direito à fala em determinada perspectiva da ação.

As *cenografias* visam agir sobre o co-enunciador, de forma a modificar sua convicção “um sujeito ao enunciar presume uma espécie de ‘ritual social da linguagem’ implícito, partilhado pelos interlocutores” (MAINGUENEAU, 1997, p.30). No interior de uma instituição, tal como a política, qualquer enunciação produzida por um sujeito considera o contrato social existente, o sujeito falante se engloba em

uma cenografia e os efeitos de sentido estão interligados com os papéis assumidos no discurso.

A cenografia, como o *ethos* que dela participa, implica um processo de enlaçamento paradoxal: desde sua emergência, a fala supõe uma cena de enunciação que, de fato, se valida progressivamente por essa mesma enunciação. A cenografia é, assim, ao mesmo tempo, aquela de onde o discurso vem e aquela que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, deve estabelecer que essa cena de onde a fala emerge é precisamente a cena requerida para enunciar, como convém à política, à filosofia, à ciência. (MAINGUENEAU, 2005, p.77)

Portanto, nos estudos da AD não se define cena enunciativa em termos de cenário teatral, e nem como se o discurso se manifestasse no interior de um espaço já construído e independente desse discurso. O que se considera é o desenvolvimento da enunciação em um espaço instituído pelo discurso, a fala supõe certa situação de enunciação e não outra, já que está sobre a dimensão construtiva do discurso como a instauração progressiva colocando em uma cena como espaço de enunciação.

Cenas da enunciação mostram que a análise do discurso deve haver-se com todos os tipos de textos, sejam eles publicitários, jornalísticos, literários, religiosos, institucionais, populares. Afinal, deve ser levada a sério a tese de que os falantes nunca dizem simplesmente o que querem, que os discursos estejam submetidos a normas, que produzem efeitos exatamente por sua materialidade e por sua relação estreita com as cenas de sua enunciação, historicamente construídas, preservadas ou renovadas.

1.3. 2 Ethos discursivo

Para discorrer sobre o *ethos* discursivo é importante retomar a tradição antiga, proveniente da Grécia, focalizando principalmente a teoria de Aristóteles, que foi o responsável por sistematizar a Retórica como a arte da persuasão. Foi com Aristóteles que o conceito de *ethos* foi colocado como ponto fundamental para o exercício de persuasão. Segundo ele, há três espécies de provas empregadas pelo orador para persuadir seu auditório, quais sejam: o caráter do orador (o que ele chamou de *ethos*); as paixões despertadas nos

ouvintes (o *pathos*), e o próprio discurso (o *logos*). Assim, o ouvinte se deixa convencer pelas três provas.

O *pathos* é, em Aristóteles, a representação dos sentimentos do próprio auditório. Para convencê-lo é preciso impressionar, seduzir, fundamentar os argumentos na paixão, para que se possa aumentar o poder de persuasão. Dessa forma, o *pathos* liga-se ao ouvinte, sobre o qual recai a carga afetiva gerada pelo *logos* do orador. Este último, por sua vez, sendo o discurso, convincente por si mesmo, pelos argumentos utilizados em situação de comunicação concreta. O *logos* pode ser ornamental, literário, argumentativo etc.

O orador é simbolizado pelo *ethos* já que a sua credibilidade está relacionada ao caráter, na sua virtude na confiança que nele deposita. Assim, na concepção aristotélica, o *ethos* será o caráter do orador representado através do discurso, caráter esse que desempenhará um importante papel na persuasão. O *ethos*, para Aristóteles, pode ser compreendido como a imagem de si que o orador cria através do discurso (o *ethos* se faz no âmbito do discurso) e não equivale necessariamente ao caráter real do orador.

Todo discurso pressupõe a construção de uma imagem daqueles que estão envolvidos no processo interativo. Segundo Amossy (2005) para construir tal imagem, não é necessário que o enunciador fale sobre si ou apresente para os ouvintes suas características, suas qualidades e defeitos, pois, no momento do discurso, lançam-se pistas acerca desta imagem: seu estilo, sua visão de mundo, seu conhecimento acerca de determinados assuntos, dentre outros, que permitirão aos ouvintes realizarem a construção da imagem do enunciador.

Barthes (*apud* MAINGUENEAU, 2005b, p. 70) define o *ethos* da seguinte maneira: “São os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que assume ao se apresentar [...]. O orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: eu sou isso e não aquilo”.

Assim, diz-se que o *ethos* liga-se ao orador, através principalmente das escolhas linguísticas feitas por ele, escolhas estas que revelam pistas acerca da imagem do próprio orador, continuamente construída no âmbito discursivo.

Dentro do arcabouço teórico da Análise do Discurso, a terminologia *ethos* diz respeito à construção de uma imagem de si através do discurso. Assim,

dizer que os participantes do discurso criam cada um uma auto-imagem através dele; significa também afirmar que o discurso carrega as marcas do enunciador e do co-enunciador, entendidos aqui como aqueles que interagem no processo discursivo. As imagens do enunciador e do co-enunciador agem no campo discursivo de modo a serem partes constituintes do processo enunciativo. À construção dessa imagem de si no discurso convencionou-se chamar de *ethos*.

A Análise do Discurso contemporânea, tem Dominique Maingueneau (1997, 2005b, 2005c, 2008) como expoente dos estudos do *ethos*. O autor retoma o conceito aristotélico de *ethos* quando afirma que este é a imagem que o enunciador dá de si no discurso. No entanto, a Análise do Discurso vai além dos estudos elaborados pela Retórica, pois pretende analisar as imagens criadas pelos enunciadores no discurso baseando-se não apenas em situações de eloquência judiciária ou em enunciados orais, mas se estendendo a todo e qualquer discurso, mesmo àqueles presentes no texto escrito.

A noção de *ethos* permite refletir sobre o processo mais geral da adesão dos sujeitos a uma certa posição discursiva. Retomando a idéia aristotélica de que o *ethos* é construído na instância do discurso, Maingueneau (2005b, 2005c, 2008) afirma que não existe um *ethos* preestabelecido, mas sim um *ethos* construído no âmbito da atividade discursiva. Assim, a imagem de si é um fenômeno que se constrói dentro da instância enunciativa, no momento em que o enunciador toma a palavra e se mostra através do seu discurso.

Ao sistematizar o conceito de *ethos* para a Análise do Discurso, Maingueneau (1997, 2005b, 2005c, 2008) afirma que este se liga diretamente ao tom que engendra o discurso. Esse tom, por sua vez, estaria ligado a uma corporalidade e ao caráter do enunciador. Segundo Maingueneau (1997, p. 46), “a Retórica antiga organizava-se em torno da palavra viva e integrava, conseqüentemente, à sua reflexão, o aspecto físico do orador, seus gestos, bem como sua entonação”. Nos textos escritos não há a representação direta dos aspectos físicos do orador, mas há pistas que indicam e levam o co-enunciador a atribuir uma corporalidade e um caráter ao enunciador, categorias essas que interagem no campo discursivo. Para o referido autor, o caráter seria “o conjunto de traços psicológicos que o leitor-ouvinte atribui espontaneamente à figura do enunciador, em função de seu modo de dizer” (MAINGUENEAU, 1997, p. 47),

enquanto que a corporalidade remeteria a “uma representação do corpo do enunciador, construído no processo discursivo”.

Assim, pode-se dizer que o *ethos* relaciona-se com a construção de uma corporalidade do enunciador por intermédio de um tom lançado por ele no âmbito discursivo. O tom permitirá ao leitor construir, no texto escrito, uma representação subjetiva do corpo do enunciador, corpo este manifestado não fisicamente, mas construído no âmbito da representação subjetiva. A imagem corporal do enunciador faz emergir a figura do fiador, entendida aqui como aquela que deriva da representação do corpo do enunciador efetivo, se construindo no âmbito do discurso. O fiador é aquele que se revela no discurso e não corresponde necessariamente ao enunciador efetivo.

Portanto, no âmbito discursivo, pode-se criar a imagem de um fiador calmo e tranquilo, mesmo que o enunciador não tenha essas características. Essa construção da imagem do fiador se relacionará, portanto, com as escolhas lexicais feitas pelo enunciador, que conferirão ao enunciado um tom de calma e tranquilidade, fazendo emergir, portanto, a imagem de um fiador calmo e tranquilo. O fiador, para Maingueneau (2005b, 2005c, 2008), é uma imagem construída pelo co-enunciador com base em indícios textuais de diversas ordens.

Maingueneau defende que o locutor pode, mais ou menos, escolher sua cenografia atrelada à noção de *ethos*:

[...] no discurso político, por exemplo, o candidato de um partido pode falar a seus eleitores como homem do povo, como homem experiente, como tecnocrata etc. (...) o autor relaciona à noção de tom, que substitui com vantagens a de voz, à medida que remete tanto à escrita quanto à fala. Por sua vez, o tom se apóia sobre uma ‘dupla figura do enunciador, a de um caráter e de uma corporalidade’ (MAINGUENEAU, 2005b, p.16).

O *ethos* para a Análise de Discurso “[...] leva o leitor a identificar-se com a movimentação de um corpo investido de valores historicamente especificados” (MAINGUENEAU, 2005b, p.73). O *ethos* para Maingueneau “[...] implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e comportamento do fiador [...]” (MAINGUENEAU, 2005b, p.72).

Dessa forma, o *ethos* impõe uma figura, ou seja, um

[...] (personagem) designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre o seu alocutário. Essa noção foi retomada em ciências da linguagem e, principalmente, em análise do discurso, em que se refere às modalidades verbais da apresentação de si na interação verbal. (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p.220).

Mediante a enunciação, pode-se revelar a personalidade do enunciador, desse modo, a eficácia do *ethos* se deve ao fato de que ele envolve de alguma forma a enunciação sem estar explícito no enunciado. O que se propõe é que, haja imposição de uma fonte do verdadeiro, ou seja, mediante uma cena enunciativa associada ao *ethos*, o discurso encarna uma verdade caracterizado por meio de atitudes do enunciador que deve mostrar ao co-enunciador uma maneira de dizer que remete a uma maneira de ser.

Maingueneau (2005b) estabelece uma importante diferenciação entre o *ethos* dito e o mostrado. O *ethos* dito é aquele através do qual o enunciador mostra diretamente suas características, dizendo ser essa ou aquela pessoa, ao passo que o *ethos* mostrado é aquele que não é dito diretamente pelo enunciador, mas é reconstituído através de pistas fornecidas por ele no seu discurso.

Maingueneau (2008) explica, ainda, o *ethos* pré-discursivo e o *ethos* discursivo. Essas duas categorias relacionam-se mutuamente a partir do momento em que o *ethos* pré-discursivo pode ou não ser confirmado pelo *ethos* discursivo, ou ainda quando o *ethos* discursivo pode reformular a imagem inicial formada pelo *ethos* pré-discursivo, confirmado ou refutado.

O *ethos* discursivo, por sua vez, engloba as noções de *ethos* dito e *ethos* mostrado. O *ethos* dito seria aquele criado através das referências diretas ao enunciador, enquanto o *ethos* mostrado estaria no domínio do não explícito, da imagem que não está diretamente representada no texto, mas que pode ser construída através de pistas seguidas pelo co-enunciador. O *ethos* dito e o *ethos* mostrado relacionam-se mutuamente, já que não há uma linha clara de separação entre o explicitado e o não explicitado.

Ligados ao *ethos* estão os estereótipos, marcados pelo co-enunciador ao utilizar-se de representações culturais, de modelos pré-construídos para atribuir algumas características e não outras ao enunciador. Portanto, a noção de estereótipo é importante para se compreender a formação do *ethos*. Para Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 213) os estereótipos podem ser concebidos

como uma representação coletiva que subentende atitudes de indivíduos ou de grupos, direcionando seu comportamento. Assim, um estereótipo pode ser entendido, grosso modo, como um carimbo que é pré-atribuído a alguém. O estereótipo revela a forma como se pretende encaixar pessoas que possuam características semelhantes dentro de um mesmo esquema comportamental, como se essas pessoas não possuíssem vontade própria. Assim, o estereótipo inicial influencia a formação de um *ethos* pré-discursivo.

1.3.3 Semântica Global

Para Maingueneau (2005a), pensar em termos de Gênese dos Discursos, chamada de núcleo duro da AD, nos permite (e também exige) pensar globalmente o funcionamento dos discursos, descartando a possibilidade de trabalhar com a perspectiva de que há um lugar privilegiado para a formação dos sentidos, um princípio organizador dos significados mobilizados em um discurso. A superfície textual passa, então, a ser um lugar para onde devemos olhar com mais cuidado, pois ela é parte constitutiva dos processos de significação e nela há indícios – muitos deles relativos ao uso das possibilidades da Língua – que nos permitem identificar discursividade específicas. Desta perspectiva, a superfície textual deixa de ser o lugar onde se materializam possibilidades de significação que estariam em um outro lugar.

Na obra, divididas em sete capítulos dispõe sobre o primado do interdiscurso que, segundo Maingueneau (2005a, p.21) explica: “O interdiscurso tem precedência sobre o discurso. Isso significa propor que a unidade de análise pertinente não é o discurso, mas um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos”. Assim, para refletir sobre interdiscurso Maingueneau criou uma tríade: **universo discursivo** referindo-se “[...] ao conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (2005a, p.35); **campo discursivo** como “[...] um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitando-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo” (2005a, p.35); e **espaço discursivo**,

subconjuntos de formações discursivas que o analista utiliza a partir de seus conhecimentos e pesquisa.

Maingueneau (2005, p.39) vê no Outro um “eu” interdito: “No espaço discursivo, o Outro não é nem fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior”.

O que queremos expor é a proposição sobre a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de interincompreensão regrada, onde cada um introduz o Outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo e relacionando-se com o Outro sempre como forma do “simulacro” que dele constrói, nos permite enunciar, de modo científico aquilo que já sabíamos empiricamente.

Maingueneau defende que “um discurso se caracteriza por uma semântica global (2005a, p.20)” trata de forma peculiar a materialidade do texto, no entanto não está voltada ao linguístico e nem à gramática e sim leva a considerar o enunciado e dessa forma, demonstra que os próprios gêneros textuais e suas formas de coesão são “determinados” pela “[...] formação semântica (formação discursiva) ao conjunto de enunciados produzidos de acordo com esse sistema (a superfície discursiva)”(MAINGUENEAU, 2005a, p.20).

Ainda diz, que: “Um procedimento que funda sobre uma semântica “global” não apreende o discurso privilegiando tal ou tal de seus “planos”, mas integrando-os a todos, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (MAINGUENEAU, 2005a, p.79).

Como descrito por planos de abordagem podemos citar: a **intertextualidade**: é regulamentada pela competência discursiva, não podendo reporta-se livremente a outros discursos. Pode atuar no interior do campo (intertextualidade interna) ou no exterior do mesmo (intertextualidade externa); O **vocabulário**: o sistema de restrições das formações discursivas rejeita fortemente alguns termos enquanto privilegia outros; os **temas**: considerando “tema de um discurso” como “aquilo de que um discurso trata”, o autor considera que, a exemplo do vocabulário, nosso foco deve estar no tratamento semântico dado ao tema; O **estatuto do enunciador e do destinatário**: o autor considera que os discursos definem o estatuto que o enunciador deve conferir a si e ao seu destinatário para legitimar seu dizer; a **dêixis enunciativa**: Maingueneau (2005a, p. 93-94) diz que “o ato de enunciação supõe a instauração de uma “dêixis” espaço temporal que

cada discurso constrói em função de seu próprio universo”, procurando “estabelecer uma cena e uma cronologia conformes às restrições da formação discursiva”; O **modo de enunciação**: Maingueneau afirma que “Não se trata de fazer falar um texto mudo, mas de identificar as particularidades da voz que sua semântica impõe (2005a, p. 95)”; o **modo de coesão**: o autor considera que toda formação discursiva possui um modo próprio de construir sua rede de remissões internas, o que influencia, entre outras coisas, a maneira de construção de sua argumentação.

Em se tratando de análise de figuras e capas para a dissertação não podemos deixar de elencar o capítulo de “uma prática intersemiótica” abordado por Maingueneau como aplicabilidade sobre produções de ordem não linguística, assim, o autor nos remete a uma prática que integra diversos suportes intersemióticos, como a sons (música, canto), imagens (pintura, escultura, fotos, filmagens) etc.: “Pertencimento a uma mesma prática discursiva de objetos de domínios **intersemióticos** diferentes exprime-se em termos de conformidade a um mesmo sistema de restrições semânticas” (2005,p.146), ainda devemos ressaltar que Maingueneau expõe que os “ objetos de domínios intersemióticos diferentes, pertencentes a uma prática discursiva”.

Dessa forma, mediante a consideração de um sistema de restrições semânticas, podemos possibilitar uma leitura mais abrangente, integrar textos não linguísticos a uma mesma prática discursiva (MAINGUENEAU, 2005a).

Para maior clareza, o autor ressalta que:

A conformidade de um texto pictórico com as restrições de um discurso deve ser estabelecida em dois níveis complementares:

- Mostrando que as “condições genéricas” às quais ele está submetido são exatamente as mesmas que, para esta prática discursiva, definem a legitimidade desse tipo de produções;
- Mostrando que o texto considerado em sua singularidade está em conformidade com a formação discursiva pertinente (MAINGUENEAU, 2005, p. 153)

Assim integrado o mesmo sistema semântico as produções verbais e a de outros domínios semióticos, como as imagens, em um processo de transformação em um quadro interdiscursivo.

1.3.4 As instâncias política e cidadã

Patrick Charaudeau (2006a) na obra “O discurso político” apresenta uma reflexão sobre a natureza, funções, regras e procedimentos do discurso político enquanto processo de influência social. O autor também questiona a importância sobre o processo contemporâneo de construção de identidades ligadas às instâncias do contrato de comunicação do discurso político e faz um diagnóstico prudente sobre a influência da mídia na emergência de uma nova ética política. A análise incide sobre as condições e estratégias de persuasão na constituição das identidades políticas que só se mostram como “máscaras”: a ordem da verossimilhança e do possível é fundamental para viver em comunidade política.

Como a nossa pesquisa entra-se no discurso político, temos que salientar a introdução que Charaudeau faz sobre a natureza do discurso político, que tem como fundamento a imbricação entre linguagem e ação. A palavra política funciona como uma verdade do dizer e uma verdade do fazer: uma verdade da ação que se manifesta mediante uma palavra de decisão, e uma verdade de discussão que se manifesta por meio de uma palavra de persuasão (razão) ou sedução (paixão).

O autor sustenta que há um duplo fundamento do discurso político que apresenta como resultado de uma mistura entre palavras que deve fundar o discurso político, como identidade dos fins, e aquela que deve gerar a política, enquanto prática. Para Charaudeau, o discurso político funciona na conjunção de discursos de ideias e discurso de poder, verdade e possibilidade, pensamento e ação. Uma vez que os primeiros dizem respeito à verdade e os segundos à problemática do verdadeiro, do falso e do possível. Desde o início a questão do discurso político se coloca como resquício da retórica, dada essa duplicidade, o discurso político teria tendência a se orientar do *logos* em direção ao *ethos* e ao *pathos*.

Nessa obra, Charaudeau descreve também a estrutura do teatro político e as estratégias dos atores que participam dessas instâncias de comunicação. São elas: política, cidadã e midiática, definidas por sua finalidade comunicacional, como propor, reivindicar, denunciar etc.

Atentemos para o estudo nas instâncias política e cidadã, tais como apresentadas por Charaudeau (2006a, p.18): “instâncias implicadas na ação política; a instância política, que é delegada e assume a realização da ação política; e a instância cidadã, que está na origem da escolha dos representantes do poder”.

Na verdade só há a instância política porque a instância cidadã a constitui. Temos que salientar, no entanto, a denominação de instâncias, que são formadas “[...] de categorias abstratas, desencarnadas e destemporalizadas, definidas, como se diz, pela posição que elas ocupam no dispositivo e às quais os indivíduos são remetidos [...]” (CHARAUDEAU, 2006a, p.55), e que, por sua vez, para fabricação do discurso político convém distinguir três lugares: um lugar de governança, um lugar de opinião e um lugar de mediação.

Porém, nos atentaremos apenas nas duas primeiras instâncias. Como princípio, elencamos a instância política representada por atores que têm o poder de governar, têm um “poder de fazer”, ou seja, o poder de manipular, isso ao conquistar um lugar de autoridade e de credibilidade, se bem que a instância política não pode afirmar explicitamente que é movida pelo desejo de ocupar o lugar do poder e nele se manter, mas de certa forma é a justificativa de atuar na própria situação de poder.

Nas diversas situações envolvidas nessa instância estão os debates, as declarações públicas, as tomadas de decisões, a campanha eleitoral. O centro de todas essas situações estão “[...] constituídas pelos representantes do Estado, dos governos, dos parlamentos e das instituições aferentes.”(CHARAUDEAU, 2006a, p.57).

Dessa forma, a instância política estabelece relações com seu parceiro principal, a instância cidadã, quando se transfere como parte da instância cidadã isso ocorre ao fazer promessas eleitoreiras como demonstração de preocupação com o cidadão este que é parte da instância cidadã; e se situa como instância política quando se trata de fazer promessas eleitorais como político.

Por sua vez, a instância cidadã está longe de ser homogênea é aquela em que se encontra em um lugar em que a opinião se constrói fora do governo ou não-governamentais. Ela aborda questionamentos e críticas à instância

política que são os representantes do povo, ou seja, o discurso da instância cidadã dedica-se essencialmente a interpelar o poder governamental.

Charaudeau nos apresenta não uma constatação de uma nova ética, mas uma vontade de uma nova via, decorrente de seu diagnóstico detalhado. Trata-se de uma crença em uma nova relação entre instância política e cidadã, na qual a máscara é assumida como tal: nova relação entre o político (fundamento de idealidade) e a política (prática de ajustamento às idealidades), onde a ética política seja baseada em um *ethos* de exemplaridade, na relação de confiança entre instâncias, na escuta entre mandatários e eleitores.

Em decorrência disso, o que entendemos é que Charaudeau (2006a) diz que, a instância política deveria ter a coragem de fazer a instância cidadã compreender que não pode saber tudo, que o segredo e a maquiagem da verdade faz o “jogo de máscaras” do discurso político

2 “MENSALÃO”: UM EPISÓDIO DA POLÍTICA BRASILEIRA

Neste capítulo pretendemos apresentar os detalhes que fizeram do episódio político “mensalão” um acontecimento relevante de corrupção política no Brasil do início do século XXI. Nossa intenção é, principalmente, contextualizar bem o *corpora* de análise escolhido para nossa pesquisa.

2.1 A ORIGEM DO NOME “MENSALÃO”

O caso nacionalmente conhecido e chamado de “mensalão” é um episódio da política brasileira que teve início em maio de 2005 a partir de denúncias feitas pela revista *Veja* que publicou uma reportagem sobre o recebimento de propinas por funcionário de alto escalão do governo em que se torna notória a convergência de interesses públicos, privados e políticos.

O anúncio pouco relevante ocupou apenas um espaço insignificante na capa como podemos observar.



Figura1: VEJA, edição 1905 , São Paulo: Editora ABRIL, 18 de maio de 2005. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/180505/sumario.html>. Acesso em: 9 janeiro 2008

O caso que Veja relata flagra em uma gravação de vídeo um diretor de ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos) recebendo propina e narrando em detalhes o funcionamento de uma estrutura clandestina de arrecadação de dinheiro. As imagens correram o mundo todo e provocaram o maior escândalo político brasileiro desde o “*impeachment*”³ do presidente Fernando Collor.

A denúncia de Veja fez o Congresso instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI - e, a partir dela, desvendou-se uma enorme rede de corrupção envolvendo “gente graúda” do governo, parlamentares e empresários. O esquema batizado como “mensalão”, arrecadava dinheiro em empresas públicas para subornar deputados. Quarenta pessoas foram processadas por crimes de

³ Processo político-criminal instaurado por denúncia no Congresso para apurar a responsabilidade, por grave delito ou má conduta no exercício de suas funções, do presidente da República, ministros do Supremo Tribunal ou de qualquer outro funcionário de alta categoria. Cabe ao Senado, se procedente a acusação, aplicar ao infrator a pena de destituição do cargo. Disponível em: <http://educacao.uol.com.br/>. Acessado em: 25 de maio de 2009.

corrupção e formação de quadrilha. Posteriormente, Veja retrata essa situação em capa já comentada por Louzada⁴ (2008), a propósito de derrisão nas capas do periódico para desqualificar a candidatura de Lula ao novo mandato ao final de 2006, conforme segue:



Figura 2 (VEJA, edição 1952, ano 39, no. 15, São Paulo: Editora ABRIL, 19 de Abril de 2006)

Como se sabe, a derrisão é um procedimento discursivo que usa de diferentes meios para a ridicularização e a desqualificação do outro. Nesse caso, o efeito derrisório é obtido pelo uso de certos recursos fotográficos que juntam diferentes personalidades envolvidas no “mensalão” dentro do contorno da cabeça de Lula, como a demonstrar o seu posicionamento político e seus laços com a corrupção.

⁴ “Passados nove meses, VEJA institui nova capa também derrisória, com um Lula em *close*, mas desfigurado pela superposição de fotos de seus companheiros de partido e de seus assessores envolvidos em casos de corrupção. Essa cenografia, particularmente interessante, retoma interdiscursivamente um conto de fadas muito conhecido: ‘Ali Babá e os 40 ladrões’”. (LOUZADA, 2008, p. 169 a 192.)

Roberto Jefferson, deputado e presidente do PTB-RJ, incrementou essas revelações ao sentir-se encurralado, já que ele havia sido apontado como um “avalista” do esquema de corrupção nos Correios: relatou que o tesoureiro do Partido dos Trabalhadores - PT, Delúbio Soares, dava uma “mesada”, a que o deputado chamou de “mensalão”, de R\$ 30 mil a deputados e senadores aliados do PL e do PP para obter a aprovação de projetos de interesse do governo na Câmara e no Senado Federal.

Roberto Jefferson, em várias entrevistas publicadas pela mídia na ocasião, dizia que o dinheiro do “mensalão” vinha de estatais e de empresas privadas e chegava a Brasília “em malas” para ser distribuído em ação comandada pelo tesoureiro, com a ajuda de “operadores” como o publicitário Marcos Valério Fernandes de Souza e do líder do PP na Câmara, José Janene (PR); O deputado Roberto Jefferson também ressaltava, em uma tentativa de defesa de sua posição política, que a cúpula do PTB rejeitara a oferta do “mensalão”.

Foi dessa forma que o termo “mensalão” entrou definitivamente para o vocabulário político e cotidiano do país: o vocábulo foi mencionado pela primeira vez por Roberto Jefferson (PTB-RJ) e depois passou a batizar o acontecimento, passando a ser veiculado intensamente pela mídia impressa, falada e televisiva.

Diante da delicadeza e da repercussão desses fatos, a investigação levada a termo concluiu que o “fisiologismo⁵” está disseminado em todas as áreas do governo e que os partidos usam os cargos públicos para desviar dinheiro e abastecer as campanhas eleitorais.

2.2 OS DESDOBRAMENTOS

No dia 29 de outubro de 2006, com mais de 60% dos votos válidos, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) venceu o segundo turno da eleição, garantindo mais quatro anos à frente do governo do país. Numa campanha acirrada

⁵Termo pejorativo que se refere à conduta ou prática de certos representantes e servidores públicos que visam à satisfação de interesses ou vantagens pessoais ou partidárias, em detrimento do bem comum. Disponível em <http://houaiss.uol.com.br/busca.jhtm?verbete=fisiologismo&stipe=k>. Acessado em 25 de maio de 2009.

com Geraldo Alckmin (PSDB), o petista teve que buscar convencer o eleitor de que a sua administração fora um avanço tanto na economia como em políticas sociais, tendo como carro-chefe o Programa Bolsa Família, mesmo que herdado do seu antecessor. O resultado surtiu o efeito esperado, e Lula garantiu a pela segunda vez a vitória.

Sabe-se que é frequente na política brasileira a ocorrência de arranjos e conchavos durante as campanhas eleitorais. Os candidatos a ocupar cargos políticos sofrem, por isso, muitas críticas por parte dos adversários, e este foi o caso do Presidente Lula, que foi alvo de tantas denúncias envolvendo o final do seu primeiro mandato. Dentre elas, destacou-se, sem dúvida, o “mensalão”, um acontecimento político que marcou um período de crise no governo federal de então.

Esse caso foi amplamente noticiado por todos os veículos de informações, mas, segundo pretendemos demonstrar, a revista *Veja* aproveitou-se do momento político e histórico, da crise social instalada no governo para espetacularizar⁶ o acontecimento, ou seja, a partir de estratégias discursivas variadas deu extrema ênfase ao caso, na construção de suas matérias jornalísticas, o que parece demonstrar sua não isenção política.

O enunciado construído pela mídia, ao ser apresentado para o co-enunciador passa “[...] pelo trabalho de construção de sentido de um sujeito de enunciação que o constituiu em ‘mundo comentado’ [...] o acontecimento nunca é transmitido a um estado bruto” (CHARAUDEAU, 2006b, p.95), visto que a mídia é parte interessada nessa prática social.

A revista *Veja* marcou discursivamente este momento histórico, criando, por dezoito edições semanais consecutivas, ou seja, a partir do dia 18 de maio de 2005, até o dia 21 de setembro de 2006, às vésperas da reeleição de Lula, um cenário dedicado à crise política do governo Lula e do PT; apresentou em reportagem especial o desfecho do caso “mensalão” no exemplar de 05 de setembro de 2007.

⁶ Pêcheux (1990) já dissera que as mídias espetacularizam os acontecimentos políticos e, na atualidade, muitos outros pesquisadores têm apontado que essas relações entre as “mídias e a cultura do espetáculo”, demonstram tratar-se de um campo “de lutas, batalhas entre diferentes posições enunciativas” (*apud* GREGOLIN, 2003, p.12).

Veja destacava semanalmente fatos novos sobre a corrupção no governo do presidente Luiz Inácio “Lula” da Silva e do seu partido, o Partido dos Trabalhadores (PT), exercendo o papel de porta-voz, daquele que denuncia e que coloca como parte de uma “instância cidadã” (CHARAUDEAU, 2006a).

Pêcheux (1990, p.17) já sublinhara que:

O porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob o seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em posição de negociador potencial, no centro visível de um “nós” em formação e também em contato imediato com o adversário exterior.

Como remate do episódio, o semanário apresentou como resumo o que achou serem os principais momentos do maior escândalo do governo Lula, os quais podemos lembrar:

18 de maio de 2005: Veja revela a existência de um esquema de corrupção mostrando um vídeo em que um funcionário da estatal, ligado ao presidente do PTB, Roberto Jefferson, aparece recebendo propina.

06 de junho de 2005: Em entrevista à *Folha de São Paulo*, Jefferson acusa o governo de pagar a deputados para votar de acordo com interesses do Planalto. Menciona, pela primeira vez, a palavra “mensalão”.

09 de junho de 2005: começa a CPI dos Correios para investigar as denúncias.

14 de junho de 2005: Jefferson acusa José Dirceu de ser chefe do esquema e aconselha o então ministro: “Rápido, saia daí rápido, Zé”. Dois dias depois Dirceu renuncia.

22 de junho de 2005: VEJA publica a agenda de Fernanda Ksrina Somaggio, ex-secretária de Marcos Valério, acusado por Jefferson de ser o “operador” do esquema de suborno de parlamentares. A agenda atesta a proximidade de Valério com Delúbio Soares e Sílvio Pereira além dos deputados João Paulo Cunha e José Mentor.

04 de julho de 2005: Sílvio Pereira renuncia à secretaria-geral do PT. Duas semanas depois o *Jornal Nacional*, da Rede Globo, mostra que ele aceitou um carro de presente de uma empresa com negócios no governo.

06 de julho de 2005: Reportagem de VEJA revela que, ao contrário do que afirmara antes, o então presidente do PT, José Genoíno, avalizou um

empréstimo de 2,4 milhões de reais para o partido, juntamente com o publicitário Marcos Valério.

09 de julho de 2005: Genoíno renuncia à presidência do PT.

14 de julho de 2005: Marcos Valério entrega à Procuradoria-Geral da República a primeira lista do chamado “valerioduto”. Cinco dias depois, o jornal *O Globo* revela que a mulher do ex-presidente da Câmara, João Cunha, retirou cinquenta mil reais de uma agência do Banco Rural. Até então, ele havia dito que a mulher estivera na agência para “pagar uma conta da TVA”.

24 de julho de 2005: Pesquisa Datafolha mostra que a reprovação ao governo do presidente Lula atingiu nível recorde e que 28% dos brasileiros acham que ele está envolvido com o “mensalão”. Dezenove dias depois, Lula vai à TV falar sobre o caso pela primeira vez. Com os olhos vermelhos e voz emocionada, diz que se sente traído.

03 de agosto de 2005: VEJA revela que um dos nomes autorizados a sacar dinheiro do “valerioduto” é Roberto Marques, amigo e assessor informal de José Dirceu. José Dirceu diz que o Bob em questão não é o seu Bob. O alegado “homônimo” do Bob do Dirceu nunca apareceu.

11 de agosto de 2005: Em depoimento à CPI dos Correios, Duda Mendonça admite que recebeu ilegalmente 10,5 milhões de reais do PT numa conta no exterior.

1º de setembro de 2005: Em reunião conjunta, CPIs solicitam a cassação de dezoito parlamentares por envolvimento no “mensalão”.

14 de setembro de 2005: A Câmara dos Deputados cassa o mandato de Roberto Jefferson.

16 de outubro de 2005: Delúbio Soares comemora aniversário num sítio em Goiás. Ao jornal *O Estado de S.Paulo*, diz que o “mensalão” virará “piada de salão”.

03 de novembro de 2005: A CPI dos Correios descobre que foram para o “valerioduto” 10 milhões de reais da publicidade do Banco do Brasil, sob responsabilidade do ex-diretor de marketing Henrique Pizzolato.

30 de novembro de 2005: A Câmara dos Deputados cassa o mandato de José Dirceu.

23 de março de 2006: a então deputada federal Ângela Guadagnin (PT-SP) comemora a absolvição do deputado João Magno (PT-MG) com uma

dança no plenário da Câmara dos Deputados que ficou conhecida como a “dança da pizza”. A coreografia custou o mandato da petista, que não conseguiu se reeleger naquele ano e virou símbolo da impunidade no país.

30 de março de 2006: O procurador –geral da república, Antônio Fernando Souza, oferece denúncia à justiça contra quarenta pessoas por envolvimento no mensalão e chama José Dirceu de “chefe da quadrilha”.

De 31 de março de 2006 a 20 de agosto de 2007 o caso fica no Supremo Tribunal Federal (STF).

28 de agosto de 2007: A decisão dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), acolheu a denúncia do Ministério Público contra os 40 acusados de envolvimento no escândalo do “mensalão” e eles tornaram-se réus em ação penal.

Esses acontecimentos, constituíram, pela mídia, uma memória discursiva. Nesse jogo midiático e discursivo, criam-se relações de sentidos, em que os dizeres possuem relação com outros dizeres. Assim, enunciar não é somente expressar ideias, é também tentar construir e legitimar o quadro da enunciação. Assim, fez a revista *Veja*, exercendo a função de instância cidadã, ao apresentar as denúncias e continuar a dar intensa visibilidade ao episódio “mensalão”. Isso justifica a escolha do *corpora* de análise que fizemos para essa pesquisa.

Conforme Charaudeau (2005), a escolha e tratamento dos acontecimentos pelas mídias priorizam “o insólito, o enorme, o misterioso, o repetitivo, o acaso, o trágico, o horror”, visto que para ele, “tais categorias mostram claramente dois estados do mundo: um estado de *desordem* e um estado de *triunfo* da ordem social”.

Desse modo, o critério de saliência orienta a seleção do acontecimento a ser noticiado pelas mídias, tais como os casos de corrupção política, nosso objeto de reflexão nesse trabalho.

2.3 PROTAGONISTAS E INDICIADOS

O “mensalão”, foi apresentado aos co-enunciadores pela revista *Veja*, como um fato inédito, sendo que a revista buscou formas de mostrar que estava atualizada e que cumpria o papel de informante indispensável. A seguir, enumeramos os que foram indiciados como réus e elencamos os crimes de que foram acusados: **José Dirceu** (Ex-ministro da Casa Civil) – corrupção ativa e formação de quadrilha; **José Genoíno** (ex –presidente do PT) – corrupção ativa e formação de quadrilha; **Delúbio Soares** (ex-tesoureiro do PT)- corrupção ativa e formação de quadrilha; **Sílvio Pereira** (ex-secretário geral do PT) – formação de quadrilha; **Duda Mendonça** (publicitário) – lavagem de dinheiro e evasão de divisas; **Zilmar Fernandes** (sócia de Duda Mendonça) – lavagem de dinheiro e evasão de divisas; **José Borba** (ex-deputado federal pelo PMDB –PR) – corrupção passiva; **Roberto Jefferson** (ex-deputado federal pelo PTB-RJ) – corrupção passiva e lavagem de dinheiro, **Romeu Queiroz** (ex-deputado federal pelo PTB-MG) – corrupção passiva e lavagem de dinheiro; **Emerson Palmieri** (ex-tesoureiro do PTB) – corrupção passiva e lavagem de dinheiro; **José Janene** (ex-deputado federal, PP-PR) – corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Pedro Henry** (deputado federal, PP-MT) – corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Pedro Corrêa** (ex-deputado federal, PP-PE) - corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **João Cláudio Genu** (ex-assessor do PP) - corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Enivaldo Quadrado** (empresário) - formação de quadrilha e lavagem de dinheiro; **Carlos Alberto Quaglia** (empresário) - formação de quadrilha e lavagem de dinheiro; **Valdemar Costa Neto** (deputado federal pelo PR-SP) - corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Jacinto Lamas** (ex-tesoureiro do PL) - corrupção passiva, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Bispo Rodrigues** (ex-deputado federal do PL-RJ) - corrupção passiva e lavagem de dinheiro; **Antônio Lamas** (ex-tesoureiro do PL) - lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Breno Fischberg** (empresário) - formação de quadrilha e lavagem de dinheiro; **Marcos Valério** (publicitário) - corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas; **João Paulo**

Cunha (deputado federal pelo PT-SP) - corrupção passiva, lavagem de dinheiro e peculato; **Luiz Gushiken** (ex-ministro) – peculato; **Paulo Rocha** (deputado federal PT-PA) - lavagem de dinheiro; Anita Leocádia (assessora parlamentar) - lavagem de dinheiro; **João Magno** (ex-deputado federal PT-MG) - lavagem de dinheiro; **Professor Luizinho** (ex-deputado federal PT-SP) - lavagem de dinheiro; **Anderson Aduino** (ex-ministro dos Transportes) - lavagem de dinheiro e corrupção ativa; **José Luiz Alves** (ex-assessor de Anderson Aduino) - lavagem de dinheiro; **Simone Vasconcelos** (ex-diretora da SMPB) - lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas; **Geiza Dias** (ex-auxiliar da diretoria das empresas de Valério) - lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas; **Rogério Tolentino** (advogado) - lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Cristiano Paz** (publicitário) - corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas; **Ramon Hollerbach** (publicitário) - corrupção ativa, peculato, lavagem de dinheiro, formação de quadrilha e evasão de divisas; **Kátia Rabello** (ex-presidente do Banco Rural) - gestão fraudulenta de instituição financeira, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas; **José Roberto Salgado** (ex-vice-presidente do Banco Rural) - gestão fraudulenta de instituição financeira, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas; **Ayanna Tenório** - (ex-vice-presidente do Banco Rural) - gestão fraudulenta de instituição financeira, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha; **Vinícius Samarane** (ex-diretor do Banco Rural) - gestão fraudulenta de instituição financeira, formação de quadrilha, lavagem de dinheiro e evasão de divisas; **Henrique Pizzolato** (ex-diretor do BB) - peculato (duas vezes), corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Ainda, temos o que denominamos as penas que, uma vez julgados e condenados, os denunciados deverão cumprir da seguinte forma: **Corrupção ativa**: prisão de 2 a 12 anos e multa; **Corrupção passiva**: prisão de 2 a 12 anos e multa; **Peculato** (específico de servidor público ou de quem se relaciona com ele): prisão de 2 a 12 anos e multa; **Falsidade ideológica**: prisão de 1 a 5 anos e multa; **Lavagem de dinheiro**: prisão de 3 a 10 anos e multa; **Evasão de divisas**: prisão de 2 a 6 anos e multa; **Formação de quadrilha**: prisão de 1 a 3 anos.

O semanário publica para apresentar os protagonistas do acontecimento e, assim, exaltá-los como se tivessem cumprido o dever de punição que:

Do alto de seus 200 anos de história, o Supremo Tribunal Federal informou ao país que os corruptos e corruptores do mensalão podem ter sido tolerados pela Câmara dos Deputados, pela direção de seus partidos e até pelas urnas de outubro, mas não o serão pela mais alta corte da Justiça brasileira – o que é um alento em um país tão castigado pela impunidade. (PETRY, André, VEJA, 2007, ano 40, nº 2024, São Paulo; Editora ABRIL, 05/08/2007, p. 54)

Com a incumbência e o desafio de que conseguiriam cumprir uma missão inédita, reuniram-se membros do STF, a fim de apresentarem um desfecho para o caso. Foram eles:



Figura 3. VEJA, Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso 09 de janeiro de 2008.

Fotos divulgação e Dida Sampaio/AE

- 1 PETISTA NO PASSADO** Sergipano de 64 anos, **Carlos Ayres Britto** já foi candidato a deputado federal pelo PT em 1990, mas seu passado parece não ter causado nenhuma influência no julgamento: ele aceitou a esmagadora maioria das denúncias contra a turma dos petistas célebres
- 2 ESTRELA DA QUERELA** Único barbudo do STF, **Eros Grau**, gaúcho, 67 anos, estrelou a principal querela do tribunal, quando seus colegas, em emails, insinuaram que ele negociara o voto: rejeitaria a denúncia em troca da nomeação de um amigo. A nomeação saiu, mas ele aceitou a denúncia
- 3 SILÊNCIO NO TRIBUNAL** **Cármen Lúcia**, 53 anos, mineira, tomou posse há pouco mais de um ano no tribunal. Flagrada na futrica com o colega Lewandowski, quase não abriu a boca no julgamento
- 4 O VOTO VENCIDO** Um dos ministros mais informais e acessíveis, **Marco Aurélio**, 61 anos, carioca, também é dos mais falantes. Gosta de polêmica e não dá a mínima se perde uma votação. Já foi apelidado de "ministro voto vencido". Agora, no mensalão, ganhou em todas ao votar sempre com o ministro Barbosa
- 5 O JURISTA CATÓLICO** Sepúlveda Pertence deixou o tribunal, antecipando sua aposentadoria e dando lugar a Carlos Alberto Direito (*na foto à esq. - 6*): o novo ministro faz parte de uma união de juristas católicos e é contra a descriminalização do aborto
- 7 ELA FICOU MAIOR** **Ellen Gracie**, presidente do STF, comandou os trabalhos. Não explicou nenhum voto, limitando-se a votar sempre com a maioria, mas teve uma atuação impecável: deu ritmo aos trabalhos, esteve atenta a todas as questões de ordem e manteve a formalidade. Carioca, 59 anos, ela sai do julgamento do mensalão com estatura maior do que entrou
- 8 COM LIÇÃO DE CASA** **Cezar Peluso**, paulista, completa 64 anos nesta segunda-feira. Com seus gorjeios agudos, foi um dos mais falantes no julgamento do mensalão e mostrou ter excelente base técnica. Fez a lição de casa: sabia de tudo e votava com clareza
- 9 ESBANJANDO LATIM** Mais antigo membro do tribunal, **Celso de Mello**, 61 anos, paulista, é uma enciclopédia jurídica. No julgamento, esbanjou seu latim, deu votos técnicos mas claros, e foi voto vencido apenas uma vez
- 10 DUAS DERROTAS** Nascido em Mato Grosso, **Gilmar Mendes**, 51, chegou ao tribunal em 2002, nomeado por FHC. Seu voto foi técnico, descolado de influências políticas. Votou duas vezes contra denúncias que afetavam petistas. Perdeu as duas vezes
- 11 FACA NO PESCOÇO** **Ricardo Lewandowski**, carioca, 59 anos, foi manchete involuntária duas vezes: primeiro, quando foi flagrado trocando e-mails de futrica com Cármen Lúcia; depois, quando foi pilhado num telefonema em local público, no qual afirmou que "a imprensa acuou o Supremo" e que "todo mundo votou com a faca no pescoço". A única coisa certa é que Lewandowski votou, ele sim, com a faca no pescoço

Figura 4. VEJA, Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso em 09 de janeiro 2008

Na verdade os discursos são efeitos de sentido entre o enunciador e o co-enunciador, isso se dá segundo um jogo imaginário que preside a troca de informações e que afeta os sujeitos em suas posições políticas, as quais presidem todo o discurso político apresentado na mídia impressa. Dessa forma, questiona-se a imparcialidade da mídia impressa, visto que esta participa ativamente da construção social e política.

3. A REVISTA VEJA: MODOS DE REPRESENTAÇÃO DO “MENSALÃO”

3.1 A FACE QUE VEJA PROPAGA DE SI: UM *ETHOS* DE PODER E SABER

Partindo da premissa de que há sempre batalhas discursivas movendo a construção de sentidos entre interlocutores (PECHEUX, 1997), abrimos espaço para focar nosso olhar em uma questão que permeia nosso *corpus* de estudo: a relação mídia e discurso.

Sabemos que a mídia (CHARAUDEAU, 2006b) atua no tempo e no espaço e tem o objetivo de atingir um público que acredita nela; que os seus co-enunciadores, ou os leitores dos periódicos, entre eles a revista Veja, são representados por homens e mulheres das diferentes classes sociais, sendo que as mulheres constam como suas maiores leitoras.

Desde o seu primeiro número, a revista Veja confessa ser comprometida com a divulgação das informações como forma de promover o desenvolvimento e o progresso do país, assumindo um posicionamento liberal:

O Brasil não pode mais ser o velho arquipélago separado pela distância, o espaço geográfico, a ignorância, os preconceitos e os regionalismos: precisa de informação rápida e objetiva a fim de escolher rumos novos. Precisa saber o que está acontecendo nas fronteiras da ciência, da tecnologia e da arte no mundo inteiro. Precisa acompanhar o extraordinário desenvolvimento dos negócios, da educação, do esporte, da religião. Precisa, enfim, estar bem informado. E este é o objetivo de VEJA.

Disponível em http://veja.abril.com.br/numero1/p_020.html /carta do Editor. Acesso em 23 de fevereiro de 2008.

Lançada no Brasil em 11 de setembro de 1968, tendo como missão a divulgação de notícias, segundo seu editor Eurípedes Alcântara, teve como tema de sua primeira capa: “O grande duelo no mundo comunista”, e como matéria principal: *Rebelião na galáxia vermelha* e como lide:



Figura 5. Edição de nº1 de VEJA, 11 de setembro de 1968. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/numero1/index.html> Acesso em: 01 de julho de 2009

URSS de Brezhnev, Podgorny e Kossiguin, no momento de soltar os tanques, não é diferente da Rússia santa e dos czares que soltava a cavalaria. Ela não renega a sua vocação imperialista. A URSS pretende apenas salvar o que pode do seu império para ser, ainda, o sol da sua galáxia.

Disponível em http://veja.abril.com.br/numero1/p_086.html. Acesso em 10 de fevereiro de 2008.

Apresentara na reportagem o mundo comunista russo inspirado em idéias marxistas “ *A hora dos trabalhadores*”:

Marx partia da idéia de que o mundo somente poderia ser transformado pela violência. Escrevia em 1848: "Os comunistas declaram que os fins somente poderão ser atingidos pela subversão violenta de toda a ordem social preexistente". Contudo, Marx imaginava que o capitalismo criaria um mundo de pouquíssimos ricos e de uma multidão infinita de pobres. Assim, a maioria seria proletária, e a revolução, proletária e democrática. A previsão não se confirmou: o proletariado hoje deseja integrar-se numa classe média cada vez mais numerosa.

Disponível em http://veja.abril.com.br/numero1/p_086.html. Acesso em 10 de fevereiro de 2008

Assim, o periódico ilustrou o racha do comunismo e pôs em circulação nacional 1.099.653 exemplares com grande sucesso; estimulando o co-enunciador e utilizando-se de estratégias discursivas para enfatizar sua importância de semanário para quem queria estar bem informado. Ainda hoje é assim que Veja fala de si:

Veja, a maior revista do país e a quarta maior revista semanal de informação do mundo, foi responsável por algumas das melhores reportagens publicadas na imprensa nacional.

Disponível em: http://www.abril.com.br/br/conhecendo/conteudo_43902.shtml. Acesso em 25 de fevereiro de 2008.

Foco total nos consumidores que querem entender o mundo. É leitura obrigatória para quem deseja qualidade de informação. VEJA traz, semanalmente, os principais fatos e notícias do Brasil e do mundo, elaborados por jornalistas altamente qualificados, para leitores que gostam de estar bem informados.

Disponível em <http://publicidade.abril.com.br/homes.php?MARCA=47>. Acesso em 25 de fevereiro de 2008.

Veja, na apresentação do exemplar comemorativo de dez anos, reforçou seu compromisso com o co-enunciador ao expressar um ethos discursivo:

Em sua edição de número 523, de 1978, quando completou dez anos de vida, VEJA enfatizou os compromissos que a levaram, já um sucesso editorial confirmado, ao final de sua primeira década. VEJA se declara liberal: "Para nós, ser liberal é querer o progresso com ordem, a mudança pela evolução e a manutenção da liberdade e da iniciativa individuais como pedra angular do funcionamento da sociedade".

Disponível em: http://veja.abril.com.br/210307/p_006.shtml. Acesso em 25 de fevereiro de 2008.

Veja, portanto, construiu para si ao longo dos seus mais de quarenta anos, um *ethos* valorizado, um lugar de projeção e de reconhecimento no cenário nacional (LOUZADA, 2007) e cujos traços de identidade são: "a maior revista brasileira e a quarta semanal de informações do mundo". Como se viu acima, situa-se confessadamente no interior de um interdiscurso dito liberal.

Assim, Veja completou 40 anos, retomando o fascículo de número um criado em 1968, na seção "Carta do Editor" e renovando o compromisso com o co-enunciador:

Para a nossa enorme satisfação o orgulho, Veja continua sendo a maior, a mais influente e a mais prestigiada revista brasileira. Atribuímos isso ao compromisso permanente da revista com os seus mais de 5 milhões de leitores e com o Brasil. Desde a sua primeira edição, em setembro de 1968, VEJA está empenhada em apresentar semanalmente não apenas um grande leque de informações confiáveis, mas também o contexto e a análise que permitem colocar os fatos em perspectiva e entendê-los melhor. (CIVITA, 2008, p.14)

Veja ainda garante que cumpre com o compromisso feito com seu co-enunciador revelando no impresso comemorativo que: "[...] a sensação óbvia que se tem é que o mundo caminhou na direção que a revista acreditou ser a mais correta durante toda a sua história – continua acreditando." Veja chega ao número 2000 empenhada na "defesa intransigente da liberdade [...] na luta contra o estado cartorial [...]" (CIVITA, 2008, p. 14).

Dessa forma, a construção identitária discursiva e ideológica desse semanário ocupa uma posição importante e um "cenário enunciativo" associado a

um *ethos* (MAINGUENEAU,2005b) de credibilidade, reiterando que tem “cinco milhões de leitores e o apoio de seus melhores de anunciantes”. E anuncia que: “Cada um de vocês ajudou a fazer de VEJA hoje a maior revista brasileira e a quarta semanal de informações do mundo”. (VEJA, edição 2000, São Paulo: Editora Abril, 21 de março de 2007. Disponível em: http://veja.abril.uol.com.br/210307/p_006.shtml. Acesso em: 10 de maio de 2009) produz-se assim um efeito de evidência da voz midiática (CHARAUDEAU, 2006b), entendida como uma estratégia enunciativa de produzir os acontecimentos .

Podemos situar a comunicação midiática como o estudo da construção dos objetos discursivos e dos acontecimentos, uma vez que há um contrato (CHARAUDEAU, 2006b) que permite aos parceiros, a partir de traços identitários, reconhecerem-se uns aos outros em uma troca languageira por meio de viés de seus componentes situacionais e comunicacionais.

Ainda, de acordo com Nazaré (2006, p. 110), a revista *Veja* apresenta os seguintes traços:

Consideremos, então, a “instituição”, a revista *Veja*. No início do capítulo três falamos um pouco sobre a origem da revista. Ali dissemos que ela nasceu em plena ditadura militar e possuía um viés direitista, antimarxista. Ocorre que a direita, especialmente no Brasil daquela época, se alinhava com os princípios morais de origem cristã. Com o passar do tempo, *Veja* manteve-se fiel ao posicionamento econômico de direita – a economia de mercado – mas não ao conservadorismo moral cristão. Pelo contrário, aderiu – ou mostrou mais claramente uma adesão pré-existente – ao modelo Liberal em termos de comportamento individual. *Veja* é, pois, explícita ou implicitamente, a favor do: aborto; da eutanásia; do casamento gay; da liberação das drogas; das pesquisas com células tronco embrionárias e da liberdade individual. *Veja* é contra: a Igreja Católica; os grupos pró-vida; a defesa do modelo tradicional de família; a manutenção da criminalização das drogas; as restrições éticas à pesquisa científica e as restrições impostas por conjuntos de valores morais.

3.2 A REPRESENTAÇÃO MIDIÁTICA DOS IMPLICADOS NO MENSALÃO

A mídia brasileira foi recorrente em apresentar as reportagens sobre o “mensalão” durante os anos de 2005-2006, muitas foram as capas e notícias sempre com uma pitada de novidade, estratégia esta que angariou o sucesso de produção jornalística.

Assim, em relação à política brasileira, o governo Lula destacou-se, inicialmente, pela falta de precedentes, ou seja, por ser ele o primeiro candidato inclinado à esquerda a assumir a presidência do país e por ter uma biografia ligada ao movimento sindical, bem distantes do *ethos* (MAINGUENEAU, 2005b) construído para o lugar do presidente conforme um esteriótipo social.

No Brasil, a história política perpassou por quatro presidentes de orientação política contrária à de Lula, que por sua vez antecederam quarenta anos de ditadura de extrema direita. As imagens do PT e, sobretudo do governo Lula, estiveram tradicionalmente associadas à oposição a esses regimes e à defesa do ideário do mundo do trabalho e da luta em prol dos direitos dos trabalhadores. Dessa forma, a origem e as atividades de Lula e do partido até o exercício político atual consolidaram-se no imaginário popular como forma de ascensão da classe trabalhadora à Presidência, marcando-se assim, como um acontecimento relevante na política brasileira.

Derivam principalmente dessas condições a controvérsia e o impacto que têm, no público, as supostas denúncias e evidências da corrupção de um governo sustentado por esse imaginário e inscrito historicamente. Abalou-se o *ethos* de renovação política construído por Lula, pois o *ethos*

implica assim um controle tácito do corpo, apreendido por meio de um comportamento global. Caráter e corporalidade do fiador apóiam-se, então, sobre um conjunto difuso de representações sociais valorizadas e desvalorizadas, de estereótipos sobre os quais a enunciação se apóia e, por sua vez, contribui para reforçar ou transformar. (MAINGUENEAU, 2005b,p.72)

Dessa forma, entendemos que há uma contradição entre esse *ethos* construído de Lula e o seu governo e que passou a frequentar o imaginário popular e que, entre 2005-2006, passou a frequentar também a mídia, em especial, a imprensa. Referimo-nos aqui ao surgimento das denúncias de corrupção durante o governo Lula, episódio conhecido como “mensalão”.

Tais reportagens e capas de Veja que analisaremos a seguir, têm como epicentro o deputado Roberto Jefferson, daí nossas análises se iniciarem por três capas de Veja que deram início ao “mensalão”.

3.2.1 As três primeiras edições de Veja sobre o “mensalão”

Como se sabe, as condições de produção incluem os sujeitos e a situação de produção discursiva, sendo que a situação por sua vez pode ser pensada em seu sentido estrito como a circunstância de enunciação, ou seja, o aqui, o agora, o suporte, como, onde o texto e discurso aparecem, ou seja, em que situação a mídia produz as denúncias de corrupção do governo do PT. No entanto, em sentido *lato*, a situação também compreende o contexto sócio-histórico e ideológico mais amplo, sem que se possa dissociar um do outro. Assim sendo, devemos entender que a revista VEJA ao abordar o episódio, o faz em nome de uma instância cidadã, de que se arvora porta-voz, produzindo efeitos de sentido de denúncia e de novidade.

Dessa forma, a revista produz também história, ao produzir acontecimentos discursivos complexos que mesclam textos verbais e imagens nas capas, nas reportagens, nas seções internas e que poderemos observar especificamente nos gêneros que vamos analisar.

Consideramos, assim, algumas marcas das condições de produção que constituem a discursividade das denúncias e sua materialidade, pensando que os vestígios históricos de constituição e produção sucessiva de informação na mídia são determinantes para a formulação, circulação e manutenção do discurso que se sustenta na revista Veja como um regulador social de saberes.

No processo interlocutivo midiático estabelece-se um “jogo discursivo” em que atuam uma série de formações imaginárias, em que também se considera o lugar que os co-enunciadores atribuem a si mesmos, ou seja, a imagem que cada um faz do seu próprio lugar e do lugar do outro. A antecipação é, a partir disso, entendida como parte das estratégias de discurso que consideram a existência de um *ethos* pré-discursivo (MAINGUENEAU, 2008).

Nas palavras de Pêcheux (1997, p.77) “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção de discurso”.

A mídia deve ser entendida como produtora e fornecedora de informação, participante da estrutura social: “uma instância que deve ter a

capacidade de gerir e influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade.” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 18).

A instância midiática deve ser entendida como participante da instância cidadã e, por conta disso, como um veículo de comunicação a serviço de seus co-enunciadores. Assim, Veja em sua primeira denúncia flagrou Maurício Marinho, então diretor dos Correios, embolsando um pacote de dinheiro, recebendo uma propina e relatando como funcionava o esquema de corrupção na estatal.

Nessa edição de número 1905, de 18 de maio de 2005 (Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/180505/p_054.html. Acesso em janeiro de 2008.), o deputado Roberto Jefferson, em reportagem com o título “O homem-chave do PTB”, aparece superposto à imagem de Marinho, tido como o como responsável pela denúncia, já que “... ele próprio admitiu a existência de um esquema para angariar fundos para o partido dentro dos correios”.

Maurício Marinho, diretor dos Correios, foi filmado e gravado embolsando um pacote de dinheiro dado por um corruptor.



O deputado Roberto Jefferson, presidente do PTB, e Marinho, o corrupto pego com a mão na massa: "acertos"

Figura 6. (Reportagem de Veja, edição 1905, 18 de maio de 2005, Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/180505/p_054.html. Acessado em 15 janeiro de 2008.)

Novos fatos surgem e as denúncias são recorrentes, e a notícia prolonga-se no tempo, Charaudeau (2006b, p.132) diz que

[...] o acontecimento só se torna notícia a partir do momento que é levado ao conhecimento de alguém [...] significa que o acontecimento, de algum modo, é um fato que se inscreve num certo *domínio* do espaço público, e que pode ser reportado sob uma forma de um *minirrelato*.

Na edição posterior, o semanário retoma a notícia ainda com caráter de novidade (CHARAUDEAU, 2006b), pois traz um novo elemento de denúncia: “Roberto Jefferson se defende”.



Figura 7. (Capa de Veja, edição 1906 ,25 de maio de 2005. Disponível em <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/250505/sumario.html> .Acesso em 09 de julho de 2008)

Maingueneau, (2005a, p. 84) esclarece a importância do léxico para diferentes discursos. Nessa capa a palavra “corruptos”, que tem extrema conotação negativa, alia-se a “praga”, idem, para marcar sua posição do enunciador no campo discursivo. O estereótipo da corrupção política está associada, nessa capa, à

imagem de um ser mutante: numa evidente conotação derrisória. Segundo BONNAFOUS, (2003, p.35), “ O discurso político, há bastante tempo, faz grande uso da ‘derrisão’, isto é, da associação do humor e da agressividade que a caracteriza e a distingue da pura injúria.” A mídia, como podemos ver, também a utiliza, especialmente na composição de imagens. Neste caso, trata-se de uma cabeça de rato que se aplica a um corpo humano, vestido com um terno de risca de giz, fumando charuto, e usando anel no dedinho da mão “esquerda”. Uma imagem que, no nosso imaginário, remete a um *ethos* de importância e prestígio, não fosse a cabeça de rato. Podemos também associar à cor “vermelha” utilizada na capa ao Partido dos Trabalhadores – PT que definiu esta cor desde sua fundação nos anos 1980 para simbolizar sua bandeira de luta como partido de esquerda.

Todo discurso está associado a uma voz, um *tom*, um *cenário*: “O discurso, por mais estrito que seja, tem uma voz própria” (MAINGUENEAU, 2005a, p.95).

O enunciado na capa de Veja - “Estamos perdendo a guerra contra essa praga” - expõe, de certa forma, a própria opinião apreendida de uma “instância cidadã” que a revista representa.

Dessa forma, mesmo que empiricamente, a aparência do ladrão torna-se “Indissociável do discurso, a imagem vem qualificar ou desqualificar, medir seu impacto, soldar seus efeitos” (COURTINE, 2006a, p.24), que assim consegue atingir o imaginário dos leitores, funciona como etiqueta que pretende designar e classificar o novo acontecimento.

A revista consecutiva ao episódio, apresenta outra imagem também derrisória, ao retomar o acontecimento e centralizar a imagem do denunciante, o deputado Roberto Jefferson, do PTB.



Figura 8. (Capa de VEJA , Edição 1907 . 1º de junho de 2005. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/010605/sumario.html>. Acesso em 01/07/2009)

Nessa capa, Veja reporta o deputado Roberto Jefferson como “O Homem Bomba” nessa referência interdiscursiva os homens bomba, que pertencentes a grupos radicais do Oriente Médio planejam atentados terroristas que, em geral, acontecem em lugares públicos e causam a morte de muitas pessoas. “O texto pictórico, por mais solitário que pareça, [...] supõe tacitamente o conjunto virtual daqueles com os quais ele pode legitimamente ser associado” (MAINGUENEAU, 2005a, p.149). Trata-se de um sujeito do discurso situado na instância política que “[...] conhece algum sucesso em certas circunstâncias, em certa época, com certo público [...]” (CHARAUDEAU, 2006a,p.86).

Nessa capa de Veja, portanto, representam-se as duas instâncias: a cidadã e a política, ou seja, a primeira que apresenta uma denúncia e a segunda, sustentada por uma voz de político contraditório. “Contradição entre a imagem

positiva de 'inteligência', até mesmo da 'astúcia', necessária a todo o político, e a imagem negativa de 'hipocrisia' que pode acompanhá-lo."(CHARAUDEAU,2006a,p.87-88).

3.2.2 A construção midiática de um herói e justiceiro na capa de Veja

Passados quase dois anos, a apresentação de uma capa da revista Veja que analisaremos em seguida, quer fazer crer que o episódio nomeado como "mensalão" teve bom termo, ou seja, que a justiça iria ser feita.

Para isso, propõe como ocupante da cena midiática o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que representa e personifica na capa um herói, aquele que fará a justiça triunfar: "O STF renova a esperança de acabar com a impunidade dos corruptos[...]". De acordo com o que propõe Maingueneau (1997), temos uma cena englobante (a de um discurso político), uma cena genérica (uma capa de revista) e uma cenografia instituída pelo discurso.



Figura 9 (Capa de Veja, edição 2021-ano 40 de número 35 do dia 05 de setembro de 2007. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/050907/sumario.shtml>. Acesso em 01/07/2009)

A reportagem especial do periódico da editora Abril, apresentou tal acontecimento político em um quadro cênico, já que “é ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido”(MAINGUENEAU,2005,p.87). O Ministro Joaquim Barbosa aparece em foto com toga, sendo que sua imagem confirma o estereótipo do juiz revestido de autoridade.

Em contraposição, aparece nessa capa, no canto superior esquerdo, a figura do Senador Renan Calheiros, também personagem importante do “mensalão”, informando ser ele alvo de um novo caso de corrupção. Verificamos,

então, que nessa capa de *Veja* configura-se a ocorrência de acontecimentos políticos, como se os casos fossem constantes, mas o que se vê é que enquanto a revista apresenta um fato presumidamente resolvido, ao mesmo tempo, renova a denúncia de uma nova suspeita retomando uma cenografia de corrupção política.

Maingueneau (2006, p.96) explica que a cenografia “[...] é, assim, ao mesmo tempo, aquilo de onde vem o discurso e aquilo que esse discurso engendra [...]”. Dessa forma, essa capa completa seu sentido transitando entre as formações imaginárias dos co-enunciadores, já que emergem várias vozes, enunciadas pela *instância cidadã*, apelando pela punição dos “Três ex-ministros e toda a antiga cúpula do PT [...]”.

Charaudeau (2006, p.18-19) elenca “[...] instâncias implicadas na ação política: *instância política*, que é delegada e assume a realização da ação política; e a *instância cidadã*, que está na origem da escolha dos representantes do poder.” Assim, diante dos conceitos apresentados, podemos refletir sobre essa cenografia que aproxima em um mesmo gênero discursivo as duas instâncias em conflito: a instância cidadã, representada pelo ministro Joaquim Barbosa, a instância política, objeto de denúncia de *Veja*, representada pelo Senador Renan Calheiros,

A revista *Veja* e o Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa representam nessa cenografia a *instância cidadã*. O Senador Renan Calheiros que faz parte da instância política, representa um dos três poderes, o Legislativo, justamente o que faz as leis; nessa perspectiva, a revista *Veja* faz emergir um confronto entre posicionamentos. Assim,

numa estranha equação, instaura-se a política; de um lado, no palco, a mídia atuando no sentido de ‘revelar’ os jogos da política; do outro, na platéia, a passividade espectadora do (e) leitor imerso na imensa rotatividade das mensagens que lhes são dirigidas pelos meios de comunicação. A mídia se atribui a função de ‘descobrir a verdade por trás dos véus’ e de revelá-la aos espectadores a partir de um paradoxo entre a proximidade, que é garantia de boa visão, e a distância, que assegura a isenção e a objetividade. (GREGOLIN, 2003, p.14)

O espetáculo produzido pela midiatização política, deixa entrever tanto o posicionamento da mídia como porta voz de uma instância cidadã, que faz denúncias sobre as corrupções do mundo político, como também que as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação da opinião pública.

Em razão disso, Charaudeau (2006b, p. 17) defende que “as mídias são criticadas por constituírem um quarto poder”, pois as mídias são utilizadas pelos políticos como um meio de manipulação de opinião pública.

Constantemente, a mídia, como *instância de poder*, impõe-se entre o enunciador e o co-enunciador como forma de “[...] influenciar os comportamentos dos indivíduos que vivem em sociedade [...]” (CHARAUDEAU, 2006a, p.18).

Ao apresentar o “invisível como visível” (CHARAUDEAU, 2006b, p.20), selecionando o que é surpreendente como espetáculo democrático, faz de Veja a construtora de uma imagem de si que a própria revista parece revelar, ao apresentar essa capa. Depois de tantas denúncias, deparamos com uma revelação do que Veja já havia anunciado como verdade, o já previsto pelo semanário, muito antes de ser concretizado, produzindo um efeito de credibilidade sobre o co-enunciador.

Dessa forma, institui-se nessa capa do semanário, um discurso sincrético, em que se busca forjar também um *ethos* de justiceira para a revista, representada pela imagem de um ministro do STF de toga, acessório imprescindível para o representante da magistratura, que o personagem utiliza como requisito essencial para o jogo cenográfico que Veja quer produzir. Esse juiz fora nomeado pelo Presidente da República, comprometendo-se com o desfecho do acontecimento; assim, a cenografia institui um *ethos*, o fiador do discurso que, ao enunciar, constitui uma identidade e legitima sua maneira de dizer (MAINGUENEAU, 2005b, p.74). Segundo o autor, “todo discurso implica uma ‘vocalidade’ e uma relação com a corporalidade e o caráter do fiador”. Veja, então, constrói discursivamente para si um *ethos* de justiceiro, em que se vê representada e á instância cidadã por um juiz: “brasileiro que fala alemão, o mineiro que dança forró, o juiz que adora história e ternos de Los Angeles e Paris”. Trata-se, como podemos perceber, de também construir uma imagem de juiz vinculando-o ao papel que corresponde ao discurso sóbrio, de brasilidade.

Por outro lado, na capa da revista Veja há também o avesso desse *ethos*, ou seja, uma espécie de *anti-ethos* na figura do Senador Renan Calheiros uma imagem e enunciado derrisórios (BONNAFOUS, 2003): o enunciado

“RENANGATE” remete interdiscursivamente ao escândalo político “*Watergate*”⁷ ocorrido em 1970 nos Estados Unidos da América que, ao vir à tona, acabou por culminar com a renúncia do presidente americano Richard Nixon, eleito pelo Partido Republicano. Essa trama associada ao Senador Renan Calheiros apresenta uma nova crise política que arranha, de certa forma, novamente o nome do presidente da república.

Assim, independentemente de qualquer simulação de papéis que uma cenografia possa propiciar no discurso, os participantes da enunciação jamais perdem de vista os seus papéis sociais estabelecidos pelo quadro cênico da enunciação, nesse caso o de partidário político, função exercida por Joaquim Barbosa antes de ter sido convidado para ser ministro do STF.

Depreendemos que os enunciados são produzidos por meio da linguagem, que busca situar e explicar, neste caso, a ação produzida pela instância política, já que esse espaço depende de um espaço de discussão, denominada “*instância cidadã* que está na origem da escolha dos representantes do poder” (CHARAUDEAU, 2006, p.18). Dessa maneira, podemos verificar que essa capa da revista é reveladora de tramas discursivas, pois faz convergirem em uma mesma cenografia uma figura positiva e outra negativa ao mesmo tempo, ou seja, como já dissemos, apresenta Joaquim Barbosa como herói e, Renan Calheiros, como vilão do cenário político brasileiro.

Dessa forma, constrói-se uma visão, um sentido particular do mundo e assim, podem-se produzir efeitos manipuladores como efeito de verdade na apresentação do enunciado, direcionado na construção de uma imagem fragmentada do mundo, igualmente, como foram constituídas as capas anteriores,

⁷ Em 18 de Junho de 1972, o jornal Washington Post noticiava na primeira página o assalto do dia anterior à sede do Comitê Nacional Democrata, no Complexo Watergate, na capital dos Estados Unidos. Durante a campanha eleitoral cinco pessoas foram detidas quando tentavam fotografar documentos e instalar aparelhos de escuta no escritório do Partido Democrata. Foi durante essa campanha de 1972 que se verificou o incidente na sede do Comitê Nacional Democrático. Durante a investigação oficial que se segue são apreendidas fitas gravadas que demonstram que o presidente tinha conhecimento das operações ilegais contra a oposição. Em 9 de Agosto de 1974, quando várias provas já ligavam os atos de espionagem ao Partido Republicano, Nixon renunciou à presidência. Foi substituído pelo vice Gerald Ford, que assinou uma anistia, retirando-lhe as devidas responsabilidades legais perante qualquer infração que tivesse cometido. http://pt.wikipedia.org/wiki/Caso_Watergate acesso em 19 de junho de 2008.

como interdiscurso, haja vista, os sentidos não serem transparentes, mas sim, construídos sócio-historicamente.

Acreditamos que, dessa forma, a busca constante da mídia por novidades, seguindo a mesma temática, inscrita em uma atualidade, produziu efeito de confiabilidade.

Ainda, não poderíamos deixar de abordar a seção “VEJA ESSA” (Anexo A) do semanário, em que se destacam fragmentos de falas da esfera pública e da esfera privada. Como podemos observar, existem 14 comentários que aparentam terem sido eleitas antes do julgamento como se fosse um pré-julgamento, pois dentre eles há seis personalidades que fizeram parte dos julgadores, ou seja, são ministros do STF e também fizeram parte do cenário um deputado federal, um sociólogo, um articulista da Folha de São Paulo, um Procurador da República, o Presidente Nacional da Ordem dos Advogados e um colunista político.

Parece que a revista Veja, apresentou assim o discurso político engendrando várias vozes proferidas por personalidades em consenso, conforme aponta Charaudeau (2006b, p.256): “A imagem é, ao mesmo tempo, um testemunho da realidade em difração a um espelho de nós mesmos” como se isso fosse uma verdade, pois os escolhidos fizeram parte do cenário em questão, pronunciaram discursos positivos em razão da punição dos julgados no processo do “mensalão”, além disso o tamanho da figura e o posicionamento por eles ocupados parece ser estratégico ou de destaque, dessa forma, a mídia, utiliza como estratégia discursiva a apresentação de tal acontecimento em um quadro cênico, “já que é ele que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido” (MAINGUENEAU, 2005b, p.85)

Charaudeau (2006b, p.71) ressalta que as mídias assinam um Contrato de comunicação e projeto de fala se completam, trazendo, um, seu quadro de restrições situacionais e discursivas, outro, desdobrando-se num espaço de estratégias, o que faz com que todo ato de linguagem seja um ato de liberdade, sem deixar de ser uma liberdade vigiada.

As mídias declaram ainda seu papel de informar objetivamente, porém constroem as cenas políticas e social, com o intuito de captar a massa com o “valor de verdade” (CHARAUDEAU, 2006b) como informação absoluta.

Outra seção da revista Veja que delimitamos para o nosso estudo é Cartas que representa a voz da instância cidadã: reforça a identidade democrática do semanário, além de se posicionar no mesmo patamar que seu co-enunciador, deixa livre um espaço para o pronunciamento dessa instância quando faz comentários sobre as matérias mais importantes da revista de números anteriores. Porém, não sabemos como são feitas estas escolhas, mas por hora percebemos a influência que a mídia cristalizou a enunciação de forma favorável a ela mesma, pois o leitor se pronuncia ao parabenizá-la “Com a reportagem especial”:

"A Justiça suprema" (5 de setembro), VEJA nos mostra, por um lado, que jamais tivemos um escândalo tão deplorável e, por outro, um ministro sério e competente. Vai além: prova que o Brasil raramente contou com um veículo de comunicação de fato à altura do povo brasileiro. Parabéns a VEJA e à Editora Abril, que sempre respondem com inteligência, elegância (e fatos!). Yuri Monteiro Brandão Maceió, AL⁸ (Cartas do leitor de Veja, edição 2025, ano 40, nº 34, 12 de setembro de 2007. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/120907/cartas.shtml>. Acesso em 09 de janeiro de 2009.)

Os enunciados de Veja refletem tanto as condições específicas de cada esfera de atividade humana quanto suas finalidades de confirmar um posicionamento já previsto por ela.

Ao analisarmos o papel da mídia na produção de acontecimentos ressaltamos as transformações nas práticas discursivas determinadas pelos meios de comunicação de massa, em que espetaculariza o acontecimento político.

⁸ A página na íntegra está em anexo.

CONCLUSÃO

Depois de termos analisado o *corpora* da pesquisa, a partir de embasamentos teóricos adotados, pudemos observar que a mídia é interpelada a fazer escolhas que dão base para a apresentação do semanário como veículo de comunicação de massa.

A escolha de temas políticos, que predominam na revista, busca produzir uma interlocução do enunciador e co-enunciador para a revelação do que “ela” pensa sobre a questão política, embora afirme sua neutralidade. Sabemos que, porém, Veja assume uma posição enunciativa marcadamente liberal.

Um dos pontos mais marcantes na construção de sua imagem foi o fato de que no aniversário de 40 anos da VEJA, Roberto Civita na seção Carta do Editor diz “Para a nossa enorme satisfação e orgulho, VEJA continua sendo a maior, a mais ‘influente’ e a mais ‘prestigiada’ revista brasileira.”

Sob a perspectiva da AD o que ocorre no campo midiático, principalmente nos discursos políticos apresentados, é um debate um palco, assim, a mídia atua no sentido de revelação mediante a denúncias dos acontecimentos políticos e, ao mesmo tempo, parece ser uma arena onde diversos conflitos enunciativos espetacularizam o jogo político.

A revista Veja também cumpre o papel de instância cidadã, nas mais variadas formas, dá a palavra ao co-enunciador como aparece na seção cartas, na reportagem principal, que por várias vezes deu a palavra ao “Joaquim Barbosa” como se ele tivesse confirmando o que ela já havia previsto, ou seja, o dizer do sujeito é determinado por outros dizeres, ou seja todo o discurso é determinado pelo interdiscurso.

Por fim, a revista Veja cumpre o próprio papel de manter informado o co-enunciador como se fosse “ela” a própria instância cidadã.

REFERÊNCIAS

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do *ethos*. São Paulo: Contexto, 2005.

BONNAFOUS, Simone. Sobre o bom uso da derrisão em *J.M.Le Pen*. In GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise(org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Coord. de tradução Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Discurso político**. Trad. Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006a.

_____. **Discurso das mídias**. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2006b.

CIVITA, Roberto. Os primeiros quarenta anos. **VEJA**, edição especial 2077, ano 41, São Paulo: Editora ABRIL, setembro de 2008.

COUTINE, Jean-Jacques. **A arte da mentira política** – precedido pelo texto” O mentir verdadeiro”. Tradução Mônica Zoppi-Fontana e Roberto Leiser Baronas. Campinas: Pontes, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução a obra de Michel Pêcheux. Tradutores Bethania S. Mariani... [et al.]... 3ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 1997.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. A mídia e a espetacularização da cultura. In GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise(org.). **Discurso e mídia**: a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do Discurso**: reflexões introdutórias. Goiânia- GO: Trilhas Urbanas, 2005.

LOUZADA, M.S.O. Discurso político, mídias e cenografia: o jogo de máscaras nas capas de VEJA. In: Ana Cristina Carmelino; Juscelino Pernambuco; Luiz Antônio Ferreira.(Orgs.) **Nos caminhos do texto**: atos e leitura. Franca: Editora da UNIFRAN, 2007, p. 169-191. (Coleção Mestrado em Linguística - vol 2.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Trad. Freda Indursky. 3. ed. Campinas – SP: Pontes, 1997.

_____, Dominique. **Gênese dos discursos**. Trad. Sírio Possenti. Curitiba: Criar Edições, 2005a.

_____. Ethos, cenografia, incorporação. *In* AMOSSY, Ruth (org.). **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005b.

_____. **Análise de textos de comunicação**. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva, Décio Rocha. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005c.

_____. **Cenas da Enunciação**. POSSENTI, Sírio; SOUZA-E-SILVA, Maria Cecília Pérez (orgs.). Curitiba-PR: Criar Edições, 2006.

_____. A propósito do *Ethos*. *In* MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana (orgs.) **Ethos Discursivo**. São Paulo: Contexto, 2008.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. *In* MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Chistina (orgs). **Introdução à lingüística**: domínios e fronteiras, v.2. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

NAZARÉ, G. J. **Interdiscursividade e posicionamento liberal**: a construção midiática do discurso pró-aborto. Dissertação de mestrado. Universidade de Franca, Mestrado em Lingüística, 2006. Disponível em <http://www.mestradoemlinguistica.unifran.br/2008/dissertacoes/arquivo.php?codArg=d354a6d4cc0721f31c957eedaa37166142ec2111>. Acesso em 30 jun 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. 3. ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2001.

_____. Análise de Discurso. *In*: **Introdução às Ciências da Linguagem**: discurso e textualidade. Eni P Orlandi; Suzy Vagazzi – Rodrigues (orgs). Campinas – SP: Pontes Editores, 2006.

PECHEUX, Michel. **O Discurso**: estrutura ou acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas – SP: Pontes Editores, 2006.

_____. Análise Automática do Discurso (AAD-69). *In*: Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux . Françoise Gadet; Tony Hak. Trad. Bethania S. Mariani...[ET AL.] 3.ed. Campinas – SP: Editora da UNICAMP, 1997.

PETRY, André. O Brasil nunca teve um Ministro como Ele. **VEJA**, edição 2024, ano 40, nº 35, São Paulo: Editora Abril, 05 de setembro de 2007.

SOARES, M. ; FAZENDA, I. Metodologias não-convencionais em teses acadêmicas. *In*: FAZENDA, I. (Org.) Novos enfoques da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez Editora, 1992.

Reportagem de VEJA, edição 1905 , São Paulo: Editora ABRIL, 18 de maio de 2005.

Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/180505/sumario.html>. Acesso em: 9 janeiro 2008

Capa de VEJA, edição 1952, ano 39, no. 15, São Paulo: Editora ABRIL, 19 de Abril de 2006)

Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso em janeiro de 2008

Capa de VEJA, Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso em 09 de janeiro 2008

Capa de Veja, Edição de nº1 de VEJA, 11 de setembro de 1968. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/numero1/index.html> Acesso em: 01 de julho de 2009

Reportagem de Veja, edição 1905, 18 de maio de 2005, Disponível em http://veja.abril.uol.com.br/180505/p_054.html. Acessado em 15 janeiro de 2008.)

Veja, edição 1906 ,25 de maio de 2005. Disponível em <http://veja.abril.uol.com.br/idade/exclusivo/250505/sumario.html> .Acesso em 09 de julho de 2008)

Capa de VEJA , Edição 1907 . 1º de junho de 2005. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/010605/sumario.html>. Acesso em 01/07/2009)

Capa de Veja, edição 2021-ano 40 de número 35 do dia 05 de setembro de 2007. Disponível em <http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/050907/sumario.shtml>. Acesso em 01/07/2009)

Reportagem Especial, edição 2024, ano 40, nº 35, 05 de setembro de 2007. Disponível em: http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso em: 09 de janeiro de 2008.

Cartas do leitor de Veja, edição 20025, ano 39, nº 34, 12 de setembro de 2007. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/120907/cartas.shtml>. Acesso em 09 de janeiro de 2009.

(VEJA, edição 2000, São Paulo: Editora Abril, 21 de março de 2007. Disponível em: http://veja.abril.uol.com.br/210307/p_006.shtml. Acesso em: 10 de maio de 2009)

ANEXOS

REPORTAGEM NA ÍNTEGRA

Especial

O Brasil nunca teve um ministro como ele

No julgamento histórico em que o STF pôs os mensaleiros (e o governo e o PT) no banco dos réus, Joaquim Barbosa foi a estrela – ele, o brasileiro que fala alemão, o mineiro que dança forró, o juiz que adora história e ternos de Los Angeles e Paris

André Petry

Celso Junior/AE



O LULISTA IMPLACÁVEL

O ministro Joaquim Barbosa, mineiro de 52 anos, votou em Lula, mas foi implacável na denúncia do mensalão – cujos arquivos chegou a estudar até durante as férias em Viena. Das 112 votações que o tribunal fez durante o julgamento, o voto de Barbosa foi seguido pelos pares em todas as ocasiões – e, em 96 delas, por unanimidade. Ele diz: "Nem eu esperava tanto"

Hospedado em casa de amigos na Mariahilfer Strasse, uma das ruas que desembocam no anel que circunda o centro de Viena, o ministro Joaquim Barbosa, do Supremo Tribunal Federal, repassava detalhes do mensalão. Era julho, o sol do verão austríaco produzia um calor de quase 40 graus e o ministro carregava seu carma: um arquivo

digital com a íntegra do mensalão. Entre um concerto e outro, esse amante de música clássica, cuja coleção particular reúne 700 CDs, matutava sobre a melhor forma de montar seu voto para o julgamento do mensalão. O conteúdo já estava resolvido. Ele se convencera de que uma quadrilha liderada pelo ex-ministro José Dirceu movimentara dezenas de milhões de reais para corromper parlamentares em troca de apoio político. Sua obsessão era a forma do voto, a estrutura, a ordem dos capítulos. No julgamento, que levou cinco dias e durou 36 horas, Joaquim Barbosa leu seu voto de 430 páginas. Fora minuciosamente preparado para que os ouvintes, aos poucos, fossem compondo mentalmente as tenebrosas conexões do esquema e o papel de cada comparsa. O resultado foi um sucesso arrasador. "Nem eu esperava tanto", confessa ele, abanando a cabeça para dar ênfase.

Das 112 votações, nas quais os demais ministros do STF eram convidados a decidir se aceitavam a denúncia de que tal pessoa poderia ter cometido tal crime, Joaquim Barbosa ganhou todas – 96 delas por unanimidade. Com uma linguagem simples e objetiva, sem os labirintos do juridiquês, o voto de Joaquim Barbosa e sua aprovação consagradora mostraram que, como na Berlim do século XVIII, ainda há juízes em Brasília. Do alto de seus 200 anos de história, o Supremo Tribunal Federal informou ao país que os corruptos e corruptores do mensalão podem ter sido tolerados pela Câmara dos Deputados, pela direção de seus partidos e até pelas urnas de outubro, mas não o serão pela mais alta corte da Justiça brasileira – o que é um alento em um país tão castigado pela impunidade. "Aqui, ninguém, ninguém – repetiu o ministro Celso de Mello, o mais antigo membro da corte – está acima da Constituição." E assim foi. Ao transformar todos os quarenta denunciados em réus em um processo criminal, o STF cumpriu seu papel à risca e se agigantou como uma instituição sólida e soberana.

Por envolver dois poderes da República, cinco legendas, três ex-ministros e toda a antiga cúpula do partido do presidente, o mensalão revelou o mais amplo esquema de corrupção política já desvendado numa democracia ocidental – desconsiderando-se, é claro, a incomparável metástase criminosa que corroeu a Itália até o início da década de 90. "Todos os escândalos políticos mundiais recentes estavam circunscritos a um partido político, como ocorreu com o Partido Socialista francês, ou a líderes isolados, como Helmut Kohl na Alemanha e Richard Nixon nos Estados Unidos", analisa o cientista político Octaciano Nogueira, da Universidade de Brasília. "O mensalão é diferente porque, além de altos membros do governo petista, envolve líderes de vários partidos." Com sua escala monumental, o mensalão resultou num processo com 11.200 páginas, 140 apensos, 41 testemunhas e quarenta réus defendidos por 29 advogados, o que exigiu do STF um empenho fora do comum. Ao encerrar o julgamento, a ministra Ellen Gracie, presidente do tribunal, avaliou: "Tenho dificuldade de crer que alguma corte no mundo se reúna em plenária num caso tão complexo e debata com tanta minúcia, como fizemos".

O regente dessa orquestra é um ministro que parece ser tudo o que não é e, no entanto, é tudo o que não parece ser. É um homem frugal, do tipo que prepara seu próprio café-da-manhã, consome comida natural, bebe suco de clorofila, aprecia um chope com os amigos e escuta MPB. Mas também é um sujeito refinado, aficionado por música clássica, modesto bebedor de vinho, que compra seus ternos elegantes em duas cidades: Paris (o nome da loja? "Não, esse eu não conto, não", ri, com ar matreiro) e Los Angeles ("A loja é Three-day Suit, tem de ter sorte para chegar em tempo de liquidação."). Tem uns vinte ternos, e, jura, nenhum custou mais de 300 dólares.

Joaquim Barbosa também é um homem descontraído, que gosta de jogar uma pelada com amigos duas vezes por semana, aprecia andar pela Lapa, no Rio de Janeiro, e tem prazer em dançar. Ao mesmo tempo, é formal, não permite muita aproximação nem intimidade. É um magistrado apaixonado por história, um brasileiro que fala alemão e detesta o "jeitinho", um mineiro que dança forró. "O 'jeitinho' me irrita. Também me irrita o patrimonialismo, essa doença brasileira de sempre tirar vantagem do que é público."

Eleitor de Lula, Joaquim Barbosa trata sua trajetória de vida de maneira mais reservada do que o presidente. Ele não desfralda sua origem pobre de primogênito de oito filhos de pai pedreiro e mãe dona-de-casa como bandeira para valorizar sua trajetória de sucesso ou apresentar-se como pós-graduado em povo – e faz questão de valorizar os estudos. Veio de uma família humilde, nunca ficou desabrigado nem passou fome, mas enfrentou dificuldades. Em sua cidade natal, Paracatu, no interior de Minas, ficou um ano sem estudar quando era criança porque a diretora da escola, em um devaneio típico dos que se sentem donos da coisa pública, resolveu cobrar mensalidade. A família Barbosa não tinha dinheiro, e Joaquim, o "Joca", ficou fora da escola. "Foi um trauma", relembra. Desmitificador, diz que nunca comeu o pão que o diabo amassou para chegar aonde está e que tudo o que fez foi estudar. "Isso eu fiz. Estudei, estudei muito." Fez direito e pós-graduação em Brasília, virou doutor pela Sorbonne, em Paris, e foi professor visitante nas faculdades de direito da Columbia, em Nova York, e da Universidade da Califórnia, em Los Angeles. Tem dois livros publicados, um em francês, justamente sobre o STF brasileiro, e outro em português, sobre a experiência americana com as ações afirmativas para negros.

Joaquim Barbosa não é militante da negritude. "Tenho consciência racial, mas não faço disso uma causa", diz, com certa indiferença. Antes de chegar ao STF, preocupava-se mais com a questão racial, como mostra o livro que escreveu sobre igualdade racial, mas o trabalho no tribunal o afastou do assunto. Seu tempo ficou cada vez mais curto. O último livro que leu? Uma comédia escrita em alemão sobre o fim da Cortina de Ferro, de autoria de Wladimir Kaminer, jovem escritor russo radicado em Berlim. Ele gosta do assunto. Quando o Muro de Berlim ruiu, estava em Paris. "Quase caí da cama. Lembro até hoje das imagens, o pessoal bebendo champanhe na garrafa e gritando 'Wahnsinn, Wahnsinn', que significa 'loucura, loucura' ", diz ele, levantando os braços no ar e imitando o deslumbramento dos alemães daqueles dias eufóricos. Seu último filme? *Um Lugar na Platéia*, simpática comédia francesa. Gostou muito, sobretudo porque o elenco traz duas atrizes de sua admiração: Valérie Lemercier e Cécile De France.

Com o caso do mensalão sobre a mesa, passou os últimos quatro meses deitando, sonhando, acordando e estudando o escândalo. Manteve, nesse período, apenas o esqueleto de sua rotina – acorda cedo (entre 5 e 5 meia), almoça cedo (antes do meio-dia) e se deita cedo (até as 10) –, recheando-a com estudos do caso. Outro dado que subverteu sua rotina depois que chegou ao Supremo é a dor nas costas. "Adquiri aqui, por causa das poltronas do plenário", acredita. Tem almofadas especiais na poltrona do plenário, na cadeira do gabinete e no banco do carro. Faz de tudo: massagem, quiropraxia, acupuntura e pilates. "Vou curar isso", promete a si mesmo. Por causa da dor nas costas, prefere conversar em pé a sentar. Fez isso nas sessões do julgamento do mensalão, apoiando-se, em pé, no espaldar da poltrona. No gabinete, tem uma

espécie de púlpito, sobre o qual coloca os livros e papéis para ler e despachar em pé. Por causa desses incômodos e dificuldades, ele vive reclamando da vida?

Que nada. Joaquim Barbosa adora viajar, sobretudo aos países cuja língua conhece. É fluente em francês, inglês e alemão, nessa ordem. Já esteve duas vezes na África do Sul, ambas para dar palestras, e uma vez no Senegal, a turismo. O que achou do Senegal? "O problema social é gritante, a miséria é... ", diz ele, deixando as reticências como convite à imaginação. Mas ele gosta mesmo é do Hemisfério Norte. Gosta de Montmartre, o charmoso bairro parisiense onde já morou e de cuja basílica se tem uma deslumbrante vista da capital francesa. Já morou também em Nova York, cuja "exuberância cultural" adora, ainda que deteste o frio do inverno, e em Los Angeles – que, ao contrário da opinião de respeitável maioria, achou uma "cidade interessante", embora não rivalize com São Francisco, sua preferida nas terras de Tio Sam. Estava em Los Angeles em fevereiro de 2003, quando recebeu um e-mail de um tal de Sérgio Sérvulo, então assessor do Ministério da Justiça, informando que o ministro Márcio Thomaz Bastos gostaria de conhecê-lo. Avisou seu filho, hoje com 22 anos e estudante de jornalismo no Rio de Janeiro, que precisaria ir a Brasília. Foi, e nunca mais voltou, a não ser para recolher seus pertences e vender o carro californiano. Tomou posse como ministro do STF em junho de 2003.

No caso mais importante de sua vida de magistrado, e da própria história recente do STF, Joaquim Barbosa fez um voto inteligente. Subverteu a ordem da denúncia preparada pelo procurador-geral da República. No seu voto, abriu com o capítulo 5, porque mostrava a fonte do dinheiro que abasteceu o valerioduto. Depois, pulou para o capítulo 3, no qual são narrados os casos de desvio de dinheiro público. E, assim, deixou por último os capítulos mais complexos, incluindo aquele em que José Dirceu e comparsas são acusados de formação de quadrilha. Com essa forma, o escândalo ficou mais compreensível e o capítulo anterior jogava luz sobre o capítulo subsequente. Talvez isso explique a facilidade com que o crime de formação de quadrilha foi aceito – ao contrário das expectativas iniciais. Seu colega, o ministro Ricardo Lewandowski, tem outra leitura. Em reportagem publicada pela *Folha de S.Paulo*, a repórter Vera Magalhães relatou ter presenciado um telefonema de Lewandowski, na noite do fim do julgamento, em um restaurante em Brasília. Na conversa, o ministro, que estaria falando com seu irmão, fez afirmações levianas. Disse que "a imprensa acuou o Supremo", que "todo mundo votou com a faca no pescoço" e que, antes do acuo do tribunal, a "tendência era amaciar para o Dirceu". O que teria constrangido o Supremo, na versão de Lewandowski, foi a publicação na semana anterior de mensagens trocadas entre ele e a ministra Cármen Lúcia pela intranet. As mensagens insinuavam que o ministro Eros Grau rejeitaria a denúncia em troca da indicação ao Supremo de um amigo seu, Carlos Alberto Direito. Eros Grau aceitou a denúncia. E Direito foi indicado para o STF na semana passada. Isso só mostra que, se alguém votou com a faca no pescoço, foi Lewandowski – aliás, o único que votou a favor de Dirceu na denúncia por formação de quadrilha. Envolvido em tanta fofoca em tão pouco tempo, o ministro já ganhou o apelido de "Lewandowski e Trazendowski". Outros preferem "Leviandowski".

O desabafo de Lewandowski motivou alguns – entre eles, José Dirceu – a dizer que o julgamento estava sob suspeição e que poderia ser anulado. Bobagem. Mas os mensaleiros, o PT e o Palácio do Planalto têm feito tudo, cada um a seu modo, para reduzir a grandeza da decisão do Supremo. O presidente Lula, que no último dia do julgamento sobrevoou a periferia de Brasília, fez de conta que o assunto não lhe dizia

respeito, mas depois mandou um recado torto aos novos réus: de que não tinham do que se envergonhar...! Na quinta-feira, os petistas fizeram um jantar em São Paulo em homenagem aos réus, entre eles João Paulo Cunha, promovendo uma estupidez que coloca o partido acima dos princípios, um erro que a maioria do PT vem cometendo desde a eclosão do escândalo, deve voltar a cometê-lo neste fim de semana, quando faz seu terceiro congresso nacional, e que certamente ficará como cicatriz indelével na história da legenda. Apesar da decisão do STF, os petistas seguem agarrados ao discurso de que o mensalão não passou de conspiração "da elite e da mídia". Agora, com o processo criminal instalado, caberá ao Ministério Público recolher as provas necessárias às condenações. Tudo pode acontecer. Especula-se até que ministros poderiam ter aceitado a denúncia agora para dar satisfação à opinião pública e, no decorrer do processo, trabalhar sornateiramente para inviabilizar as condenações. O certo é que o Ministério Público terá um trabalho duro pela frente. O julgamento final não deve ocorrer antes de três anos – portanto, quando um novo governo estiver tomando posse, um novo governo, é bom atentar, que pode ser da turma petista ou de aliados, mas também pode não ser.

O julgamento da semana passada deu a Joaquim Barbosa uma súbita notoriedade. Normalmente, seu e-mail público (gabminjoaquim@stf.gov.br) não recebe mais do que cinco mensagens por semana. Nos últimos dias, passaram de 100. "Em geral, eram mensagens de pessoas se dizendo aliviadas com o resultado do julgamento", conta. Aposentando-se aos 70 anos, como manda a lei, Joaquim Barbosa ficará no tribunal até 2025 – mas ele dá sinais de que talvez os apelos da vida o arranquem dali antes disso. "Com certeza, fico até chegar a minha vez de ser presidente." Pelo rodízio do tribunal, sua oportunidade chegará dentro de pouco mais de cinco anos. Até lá, haverá um ministro Joaquim Barbosa, encarregado do processo do mensalão. Depois, sabe-se lá. "Gosto da vida", diz ele. E, bem ao seu estilo globalizado, percorre mentalmente seus bairros preferidos em Paris, Berlim e Rio, e completa: "Gosto do Marais, gosto de Prenzlauerberg, gosto da Lapa". O Brasil jamais teve um deplorável escândalo como o mensalão. Como compensação, também jamais teve um ministro como Joaquim Barbosa. **(Reportagem Especial, edição 2024, ano 40, nº 35, 05 de setembro de 2007. Disponível em: http://veja.abril.uol.com.br/050907/p_054.shtml. Acesso em: 09 de janeiro de 2008)**

Veja essa



CELSO JUNIOR/RAE

“Este julgamento mostra quanto são equivocadas algumas opiniões sobre a eficiência deste tribunal. No momento em que encerramos um julgamento que muitos consideram histórico, tenho dificuldade de acreditar que alguma corte suprema do mundo se reúna para apreciar denúncia dessa complexidade com esse nível de detalhe, com esse esforço analítico.”

Ellen Gracie, presidente do Supremo Tribunal Federal

“Minha expectativa é obter condenação de todos os réus.”

Antonio Fernando Souza, procurador-geral da República, que afirma ter mais provas contra os quarenta réus do mensalão

“O Supremo está sinalizando que quer um país com qualidade de vida política e ética. Eu me permito dizer que, onde a ética na política não é tudo, a política não é nada.”

Carlos Ayres Britto, ministro do STF

“Ainda falta muita gente no banco dos réus armado pelas decisões do STF. Falta a intelectualidade chapa-branca que cometeu o crime de corromper ativamente os fatos ao tentar transformar os réus em vítimas de uma conspiração da mídia que jamais existiu.”

Clóvis Rossi, articulista da Folha de S.Paulo

“O tribunal fez valer os fundamentos da República.”

Francisco de Oliveira, sociólogo

“Nós não estamos no âmbito de uma pizzaria. A sociedade vê nesse julgamento que a lei em si vale para todos e que as instituições pátrias estão funcionando.”

Marco Aurélio Mello, ministro do STF



ANA APALUO

PERIGO MADE IN CHINA

Nos anos 90, os produtos chineses conquistaram os principais mercados do mundo com preços baixos. Agora, descobriu-se que boa parte das indústrias da China simplesmente ignora normas de segurança e higiene. Desde maio, quatro tipos de produto foram denunciados por colocar em risco a saúde de seus compradores

Produtos chineses	Peixes	Rações para cães e gatos	Pastas de dente	Brinquedos
Por que foram considerados perigosos	Para sobreviverem em águas poluídas, eram tratados com drogas que podem causar câncer	Substâncias que pretendiam elevar o teor nutritivo das rações envenenaram centenas de animais nos Estados Unidos	Continham um solvente industrial usado como anticongelante em radiadores de carro	A tinta usada para pintar diversos brinquedos chineses contém chumbo, que é tóxico



FOTO: EUGENE HOSHIC/AP

“Ninguém, ninguém está acima da Constituição e das leis da República. (...) É preciso reconhecer que os cidadãos desta República têm direito a um governo honesto. Tem direito a legisladores probos, a administradores honestos e a juizes incorruptíveis.”

Celso de Mello, ministro do STF

“Os encontros entre Dirceu e a cúpula do Banco Rural reforçam a tese de que o denunciado tudo sabia.”

Do relator Joaquim Barbosa, ao receber a denúncia por crime de formação de quadrilha contra José Dirceu

“Agora, o STF não pode deixar que o tempo faça com que no esquecimento tudo volte ao sentido anterior, ou seja, de que não há julgamento de pessoas importantes da República — esse é o tento que estamos a aguardar.”

Cezar Britto, presidente nacional da Ordem dos Advogados do Brasil

“Quando um procurador-geral e um ministro-relator conseguem formar uma decisão unânime do Supremo numa questão politicamente controversa como a da denúncia por corrupção ativa apresentada contra o comissário José Dirceu, algo de muito bom aconteceu no tribunal.”

Elio Gaspari, colunista político

“O STF demoliu a propaganda governamental de que o mensalão simplesmente não existiu.”

Jutahy Junior, deputado federal (PSDB-BA)

“Há fortes indícios de que esse sistema desenvolvido precisava de um amplo respaldo político.”

Gilmar Mendes, ministro do STF

“Os elementos indicam que o modus operandi do repasse de recursos entre os partidos não prescindia da ciência e do aval do senhor José Dirceu.”

Celso de Mello, sobre a participação de José Dirceu no mensalão

“Os fatos são claríssimos. Membros de uma agremiação (PT) (...) resolvem distribuir recursos a membros de outras agremiações. Tratativas acontecem e esses recursos são firmados sem registro. Se isso não caracteriza formação de quadrilha, teremos muita dificuldade daqui para a frente.”

Do relator Joaquim Barbosa, ao aceitar a denúncia contra ex-presidentes do PP e do PR

Editado por Julio Cesar de Barros

e-mail: jbarros@abril.com.br

www.verdadesobreogol.com.br

★ VERDADES SOBRE ★

O GOL

Nº 37:

Alguns extraterrestres juram terem sido abduzidos pelo Gol.

Imagens: movimento ilustrativas

Gol. Use sem dó.

Cartas



"O Supremo Tribunal Federal mostrou que é o guardião implacável dos princípios constitucionais."

Augusto Galvão

Maceió, AL

Ministro Joaquim Barbosa

Com a reportagem especial "A Justiça suprema" (5 de setembro), VEJA nos mostra, por um lado, que jamais tivemos um escândalo tão deplorável e, por outro, um ministro sério e competente. Vai além: prova que o Brasil raramente contou com um veículo de comunicação de fato à altura do povo brasileiro. Parabéns a VEJA e à Editora Abril, que sempre respondem com inteligência, elegância (e fatos!).

Yuri Monteiro Brandão

Maceió, AL

Gostaria de agradecer a VEJA pela oportunidade de conhecer mais sobre o discreto e competente ministro Joaquim Barbosa, cuja conduta deveria ressuscitar nossa esperança cívica, sentimento tão enxovalhado pelos escândalos e pelas imposturas do atual governo. Para os cidadãos que teimam em acreditar neste país, é reconfortante saber que nas altas instituições republicanas se encontram alguns raros indivíduos honrados. O ministro Barbosa não se rendeu ao que se dava como esperado, salvando não só o Poder Judiciário como o próprio direito de um letal aviltamento.

Ligia Fonseca Ferreira

São Paulo, SP

Vou guardar a edição de VEJA por ser histórica. Ninguém garante que os quarenta indiciados serão realmente encarcerados. Ninguém garante que não haja no futuro próximo outros assaltos ao dinheiro que nós, pagadores de impostos, colocamos à disposição dessas harpias planaltinas. O que importa é que o STF lavou a alma dessa grande maioria, silenciosa, sim, não ignara.

Marco Cesare Perrotti

Santos, SP

O ministro Joaquim Barbosa personifica realmente o herói na defesa da democracia brasileira, somando sua atuação na acusação aos mensaleiros que assaltaram o estado à heróica resistência de VEJA contra os que tentam estabelecer no Brasil uma nova ditadura, tentativa que tem na imprensa livre do Brasil sua última e quase que única resistência. Muito obrigado pela vossa luta e pela vossa coragem.

Sergio Storti

São Paulo, SP

Perfeita! É o menor adjetivo que posso dizer da capa de VEJA! Para um operador do direito, é uma verdadeira dádiva, trazendo alento e esperança para o país inteiro. O ministro Joaquim "Ruy" Barbosa – ousou compará-lo ao maior dentre os brasileiros –, não numa foto, mas num retrato algo antigo, parece nos ensinar com seus profundos olhos. Joaquim "Ruy" Barbosa, vou emoldurar a capa da revista, pois pensei que não existissem mais heróis. Tenho orgulho de ser brasileiro e de vossa justiça suprema. Parabéns.

André Studart Gurgel

Fortaleza, CE

Glória a Joaquim Barbosa, exemplo raro de brasilidade e justiça. Até que enfim uma vitória sobre a treva da corrupção que assola as instituições político-partidárias brasileiras. Entretanto, a guerra é longa, difícil. A imprensa e o Judiciário precisam continuar sempre vigilantes em sua longa e nobre cruzada.

Esmaelino Neves de Farias

Belém, PA

Fantásticas a capa e a reportagem especial de VEJA. Você, ministro, é a esperança de que um dia o Brasil dará certo.

Virene Roxo Matesco

Rio de Janeiro, RJ

Maravilhosa a reportagem sobre o ministro Joaquim Barbosa, um homem de origem simples que se agigantou por meio da educação, da disciplina, da honestidade e do respeito às instituições.

Rodrigo Otávio Alves da Silveira

Brasília, DF

Não menosprezando o papel exercido pelo ministro Joaquim Barbosa, que cumpriu de forma exemplar seu ofício como relator do processo do mensalão petista, existe na minha opinião um herói ainda maior na condução do referido processo, que é o procurador-geral da República Antônio Fernando de Souza. Mesmo sendo seu cargo de livre nomeação e exoneração por parte do presidente da República, e não gozando do princípio da vitaliciedade, como gozam os ministros do STF, ele teve a coragem de oferecer a denúncia contra toda a cúpula palaciana e congressista envolvida no famigerado mensalão. A sociedade clama por justiça e se sente com a alma lavada por poder contar com homens como ele.

Leonardo Bayma

Fortaleza, CE

Poder das instituições

A justa euforia despertada pelo indiciamento unânime dos mensaleiros pelo STF, mediante a denúncia certa do procurador Antonio Fernando Souza, secundado pelo sólido e irretocável discurso do competente ministro Joaquim Barbosa, deve ser reduzida a limites reais e racionais mantendo em estado de alerta a consciência nacional. Entre o indiciamento e a condenação justa dos culpados há um longo caminho a percorrer ("Instituição é riqueza", 5 de setembro).

Elizio Nilo Caliman

Brasília, DF

José Dirceu

As opiniões sobre as pessoas são prioritariamente formadas pelo ponto de vista do observador. Só assim se pode explicar a divergência de conceitos emitidos pelo procurador-geral da República e pelo presidente Lula a respeito do ex-ministro José Dirceu ("A nebulosa de José Dirceu", 5 de setembro).

Júlio Ferreira

Recife, PE

Em relação à reportagem, em que sou citado (edição 2004), venho esclarecer o seguinte: 1) Prestei serviços advocatícios para o senhor Daniel Dantas em dois inquéritos criminais; no primeiro, por indicação de um diretor da Brasil Telecom (empresa que já era cliente antiga de meu escritório) e, no segundo, o chamado Caso Kroll, por indicação do grande criminalista Nélio Machado. Nenhum desses casos versou sobre o BNDES, assunto sobre o qual, repito, não tenho nenhum conhecimento, pois nunca dele tratei. 2) Embora seja amigo do ex-ministro José Dirceu, friso que ele nunca me indicou clientes. Logo, não é verdadeira a afirmação de que tenha me indicado o senhor Daniel Dantas. 3) Advogo junto ao Supremo Tribunal Federal, Superior Tribunal de Justiça e demais tribunais há 26 anos e tenho a absoluta certeza de que nenhum de seus membros poderia citar qualquer hipótese da prática de lobby por parte de meu escritório. Por ser um advogado do contencioso, tampouco outras autoridades federais, fora da esfera do Judiciário, poderiam testemunhar que pratiquei qualquer gestão ou ato caracterizável como lobby. Considero minha qualificação como "lobista" injuriosa, difamatória e injusta, com graves prejuízos profissionais e pessoais. Portanto, um aviso para os milhares de leitores da revista: não sou lobista. Por favor, não procurem o escritório para esse fim.

Antônio Carlos de Almeida Castro

Advogado

Almeida Castro Advogados Associados

Brasília, DF

O bando dos 40

A tabela, o infográfico, o texto e, enfim, a montagem cronológica do esquema do mensalão foram informativos, claros e objetivos o bastante para concorrer a prêmios editoriais até com revistas de outros segmentos.

Mário Gonçalves Dias Junior

Londrina, PR

A edição de VEJA deixou seus leitores muito mais do que bem informados. Com todos os infográficos e tabelas publicados, impossível o leitor não entender a situação atual do "julgamento da história" dos acusados de participação no mensalão. Tudo muito explícito, detalhado e de fácil compreensão.

Everton Delazeri

Goiânia, GO

Renan Calheiros

A cada semana, quando abro VEJA e a leio, amo mais e mais o longo inverno suíço. Dá-me nojo ler sobre o senhor Renan Calheiros e cia. Como podem existir pessoas tão sem

decoro e que ainda assim continuam no poder ("O velho Renan de sempre", 5 de setembro)?

Martha Bernhard

Glarus, Suíça

Tiragem semanal de VEJA: mais de 1 200 000 exemplares, informação para mais de 7 milhões de pessoas. Outras dezenas de revistas circulando semanalmente, e mais de uma centena de jornais diários impressos no país. Rádios e redes de TV transmitindo e informando em diversos horários. Cientistas políticos, juristas, advogados, repórteres, filósofos, entre outros, colocam a verdade na nossa cara através de debates e reportagens. Somos milhões bem informados e com senso crítico. Ainda assim querem nos tratar como imbecis. Não dá!

Daltro J. Rosa

Passo Fundo, RS

A cada novo dia, novas falcatruas, como essa denunciada pelo advogado Bruno de Miranda Lins, virão a público, e Renan, além de ser cassado, acabará em cana – e ainda levará consigo comparsas.

Heloiza Carneiro da Cunha

Petrópolis, RJ

Renan Calheiros é um perigo para a sociedade. Deveria ser julgado e condenado à prisão de segurança máxima. O homem é de uma desfaçatez inacreditável.

Helaine Póvoa

Brasília, DF

Renan contra o Grupo Abril

A tentativa de instalar essa CPI me parece mais uma manobra para impedir que VEJA noticie os escândalos do senador Renan Calheiros. O posicionamento dos deputados Fernando Gabeira, Marcelo Itagiba e Ratinho Júnior deixa claro que todos os fatos devem ser mostrados à opinião pública de forma lúcida, sem nenhuma interferência ("Reação à farsa", 5 de setembro).

Samuel do Valle

Divinópolis, MG

Foi com muita indignação que vi que o velhaco do Renan Calheiros (nome sugestivo esse calheiros) queria abrir uma CPI para investigar negócios da Abril. Que absurdo, um sujo como o senhor Renan deveria é ter vergonha na cara, passar no departamento de imigração da Polícia Federal e se mandar deste país, pois, para mim, o senhor Renan é persona non grata. Se for embora do país não vai fazer nenhuma falta. E, quanto à CPI, quero cumprimentar VEJA pela coragem com que tem tratado essa bandalheira toda do Congresso. VEJA é nosso olho. Por favor, continue assim.

Antonio Manoel

Cuiabá, MT

Sucessão presidencial

Não podemos nos iludir com a imagem de nosso presidente, de pijama, assando coelhinhos em 2011 ("Vou fazer meu coelhinho assado", 5 de setembro). Aliás, a menção a coelhinhos sendo assados não deixa de ser curiosa. Cercado de hienas estreladas e abutres sindicalistas, Lula é um lobo em pele de cordeiro que, quando sentir calor, pulará com garras e dentes no pescoço de tucanos, avestruzes, carneirinhos e outros representantes da fauna da classe média brasileira. E, se nós, esses bichinhos fofinhos e cansadinhos, não sairmos de nossa pasmaceira, teremos um terceiro mandato dessa versão tupiniquim de reino animal, com uma espécie de sapo-imperador, adorado pelos bichos-preguiça que habitam a floresta chamada Brasil, que somente com uma boa dose de sorte não se transformará em um zoológico sombrio e anacrônico, com jeito de Venezuela.

Edson Pinto da Silva Filho

Vinhedo, SP

Eu só espero que até 2010 o presidente Lula consiga arear as fôrmas de pizza do seu governo antes de untá-las para assar seus coelhos em paz.

Mário Gonçalves Dias Junior

Londrina, PR

Desde o primeiro momento em que foi ventilada a idéia tresloucada da re-reeleição infinita eu rechacei de imediato sua concretização, porque sabia que o presidente Lula jamais daria as costas aos princípios democráticos que sempre defendeu (foi até para a cadeia por eles).

Cássio Filipe Albuquerque Silva

Santa Maria, RS

Queira Deus que o presidente Lula tenha mesmo respeito pela Constituição Federal, não aceitando nem mesmo pedidos do povo para um terceiro mandato, ao contrário do que quer seu partido. Contudo, é bom ficar alerta, pois o projeto que ambos desenvolvem sinaliza no sentido de que querem o poder por mais tempo. Basta ver a reportagem "Funcionário número 1 milhão", na mesma edição de VEJA. Principalmente quando se refere a temas como "conversas aventureiras" e "avanço do capitalismo de estado".

Edécio Rodrigues Pereira

Monte Carmelo, MG

Capitalismo de estado

Muito oportuna a reportagem sobre o funcionário número 1 milhão. Essa corrida na "contramão da história" não vai acabar tão cedo, pelo menos enquanto houver "companheiros" ainda sem um lugar para mamar nas tetas do estado. Um país que tem um presidente que se orienta com pessoas como os senhores Hugo Chávez, Fidel Castro e Evo Morales só pode ter essas idéias jurássicas, com nossas estatais inchando, inchando, inchando, até sair pelo ladrão (desculpem o trocadilho) ("Funcionário número 1 milhão", 5 de setembro).

Marco Antônio Fernandes Morales

Mirandópolis, SP

Governo militar

No lançamento do livro *Direito à Memória e à Verdade*, o ministro Nelson Jobim disse esperar "que as Forças Armadas Brasileiras recebam este ato como absolutamente natural. Não haverá indivíduo que possa a isso reagir e, se houver, terá resposta". No meu entendimento, no Brasil de nossos dias, só existem duas instituições com credibilidade: as Forças Armadas e a Polícia Federal. O ministro da Defesa perdeu uma boa oportunidade de ficar calado ("Passado é história", 5 de setembro).

Genaide Bezerra de Araújo

João Pessoa, PB

Como militar reformado das Forças Armadas, gostaria de registrar que na época do movimento revolucionário, ainda na ativa, fui testemunha de excessos de ambos os lados. Lembro-me das inúmeras vezes em que ficamos de prontidão, nos quartéis, longe de nossa família e, quando tínhamos de andar pelas ruas (no caso, do Rio de Janeiro), éramos aconselhados a não usar farda, pois seríamos vítimas dos terroristas. Não houve apenas vítimas dos militares, mas também foram vítimas muitos militares, civis ligados às Forças Armadas, policiais civis e militares (incluindo bombeiros).

Joracyrio Silveira Rodrigues

Brasília, DF

Clifford Sobel

A notícia dada pelo embaixador americano no Brasil, Clifford Sobel (Amarelas, 5 de setembro), de que fará gestões para que mais americanos visitem o Nordeste brasileiro seria muito bem-vinda, não fossem os entraves burocráticos e o custo de 120 dólares per capita (100 do visto e 20 do despachante) para concessão de vistos brasileiros a cidadãos americanos que pretendam visitar o Brasil. Americano dá valor a cada centavo, e com uma família de quatro pessoas são mais 480 dólares, o suficiente para escolher outro destino mais competitivo. Companhia aérea não escolhe destino por motivação política, e sim por fluxo provável de passageiros. Se as americanas ainda não o fizeram, certamente é porque esperam que o Congresso Nacional aprove o projeto de lei que propõe a flexibilização de vistos para grandes países emissores.

Eraldo Alves da Cruz

Presidente da ABIH Nacional 2007

Brasília, DF

Numa democracia, nada mais natural que conviver com critérios de entrada ou permanência de imigrantes determinados por países amigos. Contudo, não se pode em nome de uma pretensa forma de segurança desfilar arrogância e prepotência nesse exercício. Pleitear a concessão do visto americano tem sido, já há vários anos, e muito antes do 11 de Setembro, um suplício, um ultraje e uma humilhação.

Alexandre A. Ragonha

Limeira, SP

O embaixador americano no Brasil, em sua excelente entrevista ao jornalista Okky de Souza, diz, entre outras verdades: "Veja que coisa incrível: não há turistas americanos no Nordeste, que é o pedaço do Brasil mais próximo dos Estados Unidos e abriga alguns dos locais mais bonitos do país". E conclui: "Vamos convencer as companhias aéreas americanas a voar para o Nordeste". Suas considerações atestam nossa incompetência como vendedores da indústria sem chaminé.

Paulo Gilberto Morais dos Santos
João Pessoa, PB

Reciclagem de lixo

VEJA surpreende a cada semana. Magnífica, informativa e principalmente educativa a reportagem "Comece a reciclar" (Guia, 5 de setembro). Reportagens assim reciclam também a mentalidade dos cidadãos brasileiros. Infelizmente, a maioria desconhece o compromisso que cada um de nós tem de zelar pelo nosso planeta.

Anáide Lemes de Carvalho
Uberlândia, MG

A Abril é uma lovemark minha. Sempre foi. Em 2003, numa de suas publicações, li sobre cestos de lixo para recicláveis. Aquilo foi a espoleta. Adquiri os cestos coloridos. Comecei a reciclar. Muita coisa aconteceu a partir daí. Implantei a coleta seletiva em casa; no meu trabalho fui convidado a colaborar em oficinas de capacitação para coletores, proprietários de depósito e selecionadores de materiais recicláveis com a parceria de instituições como o Senac, o Sebrae, a prefeitura, entre outras. Você sabe o que a Abril faz? Transforma a vida das pessoas. Uma das delícias de uma boa leitura é justamente essa: trazê-la para dentro da gente de modo que ela passe a ser parte integrante de nossa vida. Parabéns pela reportagem "Comece a reciclar". Não é preciso dizer mais nada.

Marcelo de Oliveira
Barretos, SP

Gostaríamos de informar que a Klabin é a segunda maior recicladora mundial de embalagens cartonadas, conhecidas como longa-vida. Nossa capacidade instalada de reciclagem desse tipo de embalagem é de 75 toneladas por dia ou 27.000 toneladas por ano. Desde 2005, está em funcionamento em Piracicaba (SP) a empresa EET, fruto de parceria entre Klabin, Tetra Pak, Alcoa e TSL Ambiental para o desenvolvimento da Tecnologia Plasma, que permite a reciclagem de 100% das embalagens longa-vida com a separação total do alumínio, do filme de polietileno e da fibra celulósica. A Klabin também é a maior recicladora de papéis da América do Sul e produz 17% do papel reciclado do mercado brasileiro para sua indústria de papelão ondulado. Os efeitos da reciclagem são claros: redução do volume de lixo urbano e dos custos de produção. Finalmente, o processo de reciclagem traz importante benefício social, contribuindo para a geração de renda de milhares de catadores em todo o país.

Wilberto Luiz Lima Junior
Diretor de comunicação e responsabilidade social da Klabin S/A
São Paulo, SP

Cumprimentos a VEJA e à jornalista Monica Weinberg pela oportuna e didática reportagem. Concordamos com todos os temas da reportagem e gostaríamos de observar dois pontos, no que tange ao mencionado manual da reciclagem. Quanto à lavagem de embalagens, no item "Vale a pena fazer", é preciso lembrar que as pesquisas concluíram que, na maioria dos casos, o consumo de água é importante no balanço da sustentabilidade. Os exemplos indicam que o consumo de água é grande, além de algumas pessoas usarem até detergentes biodegradáveis para isso. O balanço de sustentabilidade aponta que não se deve incentivar esse particular. Com relação ao item "Não vale a pena fazer" (amassar latas e garrafas PET), os custos de transporte e,

em conseqüência, a emissão de CO₂ pela queima de combustíveis devem ser levados em conta. Latas de alumínio podem ser amassadas até com os pés. Idem para as embalagens PET.

Célia Wada

Presidente do Comitê do Meio Ambiente da Câmara Ítalo Brasileira de Comércio e Indústria de São Paulo
São Paulo, SP

Americana – cidade com 200.000 habitantes – é pioneira na região metropolitana de Campinas nesse serviço: a coleta seletiva cobre 100% do município. O material reciclável é encaminhado a uma cooperativa de reciclagem. Desenvolvemos, ainda, um projeto de transformação do óleo de cozinha em biodiesel utilizado pela frota de coleta de lixo. O óleo é recolhido de restaurantes, bares e residências, e temos 21 locais fixos de entrega – a rede de Postos Médicos Municipais. Uma lei municipal também criou um programa de coleta e reciclagem de lâmpadas fluorescentes. Há, ainda, legislação municipal recente que proíbe a queima de cana-de-açúcar no município.

Sérgio Franco

Diretor de comunicação social da prefeitura
Americana, SP

No Rio de Janeiro temos condição de comercializar as caixas tetrapak através de seu representante no estado, Recicoleta, que absorve a preço interessante todo o material em nossa usina, no município de São José do Vale do Rio Preto. É importante frisar que a Tetra Pak participou desde o início de nossa coleta seletiva. O projeto é desenvolvido pela prefeitura, por meio da Secretaria de Meio Ambiente, em convênio com uma associação de catadores. A entrada da Tetra Pak no projeto nos ajudou a introduzir a coleta seletiva.

Marco Aurélio Padilha Fróes

Secretário de Meio Ambiente
São José do Vale do Rio Preto, RJ

Com respeito à reportagem "Comece a reciclar", gostaríamos de salientar que em São José dos Campos, cidade que possui um Programa de Coleta Seletiva de lixo desde 1990, administrada pelo município através da Urbanizadora Municipal S/A, não encontramos nenhuma dificuldade na comercialização dos resíduos tetrapak.

Priscila Vinhas

Urbanizadora Municipal S/A
São José dos Campos, SP

Renan Calheiros 2

Deplorável a encenação – da qual também fui vítima – para obter assinaturas visando à abertura de uma falsa CPI que investigasse a concessão de rádios e TVs pela Anatel. É óbvio que estou retirando meu nome desse teatro, não sem antes ressaltar que ações desonestas desse naipe fomentam a crise de confiança vivida pelo Parlamento e constroem a atuação de seus integrantes mais sérios.

Barbosa Neto

Deputado federal, vice-líder do PDT

(Cartas do leitor de Veja, edição 20025, ano 39, nº 34, 12 de setembro de 2007. Disponível em: <http://veja.abril.uol.com.br/120907/cartas.shtml>).

Acesso em 09 de janeiro de 2009. <http://veja.abril.uol.com.br/120907/cartas.shtml>)

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)